



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SÃO SEBASTIÃO
CENTRO EDUCACIONAL SÃO BARTOLOMEU

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO 2022



SÃO SEBASTIÃO-DF, JUNHO DE 2022

SUMÁRIO

Apresentação	03
Identificação e organização do estabelecimento	05
Histórico da Unidade Escolar	06
Diagnóstico da realidade escolar	08
Função social da escola	09
Missão da unidade escolar	11
Princípios norteadores e epistemológicos da educação integral	12
Objetivos da Educação, do ensino e das aprendizagens	13
Fundamentos teórico-metodológicos	14
Organização curricular da unidade escolar	17
Organização do trabalho pedagógico da escola	18
Avaliação dos processos de ensino e aprendizagem: concepções e práticas	24
Plano de Ação para implementação do PPP	26
Plano de Ação Específicos	27
Projetos Específicos da Unidade Escolar	30
Acompanhamento e Avaliação do PPP	46
Referências bibliográficas	48
Anexo – PPP Núcleo de Ensino UISS	49

1. APRESENTAÇÃO

O ano de 2022 apresenta para a Educação uma série de novos desafios, impostos por uma situação pós pandêmica onde a comunidade escolar enfrentou um período de isolamento social de aproximadamente dois anos.

Com o lock-down, seguido pela experiência de ensino híbrido ocorridos nos anos anteriores se fez necessário iniciar o ano letivo de 2022, já em regime presencial, com avaliações diagnósticas para um melhor conhecimento no nível de aprendizagem dos alunos, com vistas a orientar o fazer pedagógico dos professores regentes e dos demais profissionais envolvidos na parte pedagógica.

Dessa forma, cabe refletir sobre a seguinte questão: como manter o vínculo entre escola-estudante-comunidade nesse momento de retomada do ensino presencial, ainda no curso de uma pandemia? Nesse sentido, apresentamos o presente Projeto Pedagógico, que visa nortear as ações do Centro Educacional São Bartolomeu, buscando sempre manter espaços de sociabilização saudáveis onde a aprendizagem e a educação são **pólos catalisadores e irradiadores de uma prática pedagógica que vê o indivíduo na sua integralidade**, como ser que integra uma coletividade social e que habita um meio onde ele interage.

A gestão democrática é entendida, aqui, como um princípio que deve acompanhar a escola pública do século XXI. Porém, é importante assinalar que esse modelo de gerenciamento começa com a eleição de diretores e do conselho escolar, mas não se esgota nisso. Ao contrário, ela transcende o simples ato da comunidade escolher seus gestores, ou seja, a gestão democrática plena pressupõe a interação e é mediada pelo diálogo de todos os segmentos da comunidade escolar.

Com a mudança da equipe gestora no início do ano letivo de 2022 e consequente saída de membros do Conselho Escolar, a escola passou a tomar suas deliberações em Assembleias Gerais Ordinárias.

Essa mediação entre os diversos atores do processo educacional visa conjugar o esforço e a co-responsabilidade de todos, no alcance dos objetivos e metas que este estabelecimento de ensino se propõe a alcançar. Nesse aspecto, a ênfase da ação da equipe gestora recai sobre procedimentos inovadores na ação e transparentes na prestação de contas.

A esse respeito, ressalta-se, no âmbito das políticas educacionais voltadas para a educação básica, a noção de autonomia escolar traduzida na concepção de escola enquanto núcleo de gestão. A ação da gestão escolar reside na possibilidade da instituição se organizar, sobretudo por meio de órgãos consultivos e deliberativos próprios, que contam com a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade, de forma a pensar, planejar, elaborar e concretizar seus projetos.

Nesse aspecto, a gestão democrática fomenta a participação da comunidade escolar nas atividades desenvolvidas, conforme o art. 2 da lei 4.751/2012 que, em seu parágrafo único, considera que *“cabe à unidade escolar, considerada a sua identidade e de sua comunidade escolar, articular o projeto pedagógico com os planos nacional e distrital de educação.”*

Desse modo, o presente projeto sistematiza as ações a serem desenvolvidas pelo Centro Educacional São Bartolomeu, com o objetivo de atender as metas e estabelecer um referencial de tratamento curricular estabelecido pelo Ministério da Educação, materializado na Base Nacional Comum, indicando as

ações básicas que devem orientar os projetos escolares.

Essas propostas estão sujeitas à adequação e à legitimação no espaço educacional, uma vez que o Projeto Pedagógico é uma ação intencional que busca alcançar metas em comum que intervenham na realidade escolar. No dizer de Guiomar Namó de Mello, a *“educação é uma ação mediadora no seio de uma prática global”*, ou seja, ela deve traduzir a vontade de mudar, pensar o que se tem de concreto e trabalhar as ideias, sempre avaliando o que foi feito e projetando abordagens necessárias, além de ser um referencial para educar as gerações do século XXI.

Em 2022 é compromisso de nossa escola continuar garantindo espaços onde a participação efetiva da comunidade se dê em consonância com a gestão democrática, nos dias letivos temáticos e nos atendimentos pelo serviço de apoio da escola.

Enfrentamos, nesse ano, novos desafios a serem empreendidos na Educação Pública. A pandemia ocasionada pelo covid-19 e as situações de isolamento social nos levaram a refletir sobre a importância da escola como espaço primordial de socialização. Então, a Educação precisa ser entendida como trabalho interdisciplinar e voltado para os Eixos Temáticos expressos no Currículo em Movimento. É preciso uma reinvenção para lidar com o contexto pós-pandemia.

Identificação e organização do estabelecimento

1. Denominação da instituição Centro Educacional São Bartolomeu		
2. Endereço Q. O2; CJ. 03; Lote 04/05		3. Código do Estabelecimento-INEP 53014880
4. Bairro São Bartolomeu	5. Município – Código São Sebastião - XIV (Lei 467/93)	
6. CEP 71697045	7. DDD 61	8. Telefone/Fax 39017730/ 39018145
9. E-mail Institucional cedsaobartolomeu@edu.se.df.gov.brm	10. Blog saosebastiao.se.df.gov.br/cedsaobartolomeu	11. E-mail Provas pedagogicocedsb@gmail.com
12. Entidade mantenedora Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF		13. CNPJ 00.065.201/0001-77
14. Governador do Distrito Federal: Ibaneis Rocha		
15. Secretário de Estado de Educação: Hélvia Miridan Paranaguá Fraga		
16. Chefe da CRE Luciana Pontes Dias	17. Chefe do Unigep Cleide Rodrigues de Oliveira	
17. Diretor: Ronivaldo Lustosa de Carvalho Vice-diretor: Luciana Siqueira Arrais		
18. Supervisores Pedagógicos: Rosângela Toledo Patay e Rita Carina Rodrigues dos Santos 19. Supervisor Administrativo: Paulo 20. Chefe da Secretaria: Carlos		
21. Ato de Reconhecimento da Instituição Portaria nº 15 de 12/02/2015 SEEDF		
22. Ato de Aprovação do Regimento Escolar Diário Oficial do Distrito Federal nº 32 de 12/02/2015		

2. HISTÓRICO DA UNIDADE ESOLAR

O CED São Bartolomeu foi construído com o propósito de diminuir o déficit de escolas na Região Administrativa de São Sebastião. Essa unidade de ensino foi entregue à população em 22/02/2007 e inaugurada em solenidade oficial no dia 29/06/2007 durante o governo de José Roberto Arruda. Criada, inicialmente, como Centro de Ensino Fundamental (CEF), no início atendia apenas estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e do respectivo segmento na Educação de Jovens e Adultos.

Em 2010 o então CEF São Bartolomeu se tornou o Centro Educacional São Bartolomeu, uma vez que passou a gerir, também, o Núcleo de Ensino da Unidade de Internação de São Sebastião (UISS), conforme a portaria nº 38 de 25 de fevereiro de 2014.

Com a reestruturação, o CED São Bartolomeu ampliou, ainda, seu atendimento com o intuito de atender alunos do Ensino Médio (EM), tendo em vista a grande demanda para essa etapa da educação básica em São Sebastião. Até 2017, só haviam três unidades de ensino que ofertavam a modalidade de Ensino Médio na cidade, a saber: o Centro de Ensino Médio 1, o Centro Educacional São Francisco e o Instituto Federal de Brasília (IFB), localizadas, respectivamente, nas regiões central e leste da cidade.

No turno diurno funcionam, ainda, turmas de TGD/TEA - Especial; EJA Interventivo; e Ensino Especial.

Devido à carência de classes de ensino médio, alguns alunos estavam sendo encaminhados para escolas de outras cidades do Distrito Federal, devido à impossibilidade de realizar matrícula em São Sebastião. Porém, quando a escola passou a ofertar o Ensino Médio, houve uma diminuição no número de espaços de apoio, uma vez que a escola perdeu as áreas da biblioteca e dos laboratórios de ciências e informática, que foram transformados em três salas de aula, conforme se vê no demonstrativo abaixo:

N	ESPAÇO	N	ESPAÇO
01	Sala de professores	01	Sala de coordenação
01	Sala multiuso	01	Secretaria
19	Salas de aula regulares	00	Mecanografia
00	Auditório	01	Sala de Leitura
00	Laboratório de informática	00	Laboratório de ciências

00	Sala de Artes	01	SOE
02	Banheiros p/ professores	06	Banheiros para alunos
00	Sala de Projeto Caminhos Para Sustentabilidade	01	Quadra de esporte sem cobertura
01	Sala de Direção	01	Sala Administrativo
01	Salas de Recursos	00	Sala para o Grêmio
01	Banheiro para ANES	01	Espaço Multiuso Coberto
04	Turmas de TGD/TEA - Especial	01	Turma de EJA Interventivo
01	Turma de Ensino Especial		

O trabalho com os Anos Finais do Ensino Fundamental e com a EJA no CEd São Bartolomeu acontece desde a sua entrega à comunidade. É importante ressaltar que, durante esses 14 anos de trabalho com afinco e dedicação, a escola conseguiu reverter uma imagem negativa que tinha junto à comunidade escolar de São Sebastião nos primeiros anos de sua existência.

Hoje, graças ao empenho de sua equipe docente, dos gestores e das equipes multiétnicas, somos uma unidade de ensino que trabalha com excelência dentro da rede de ensino pública do DF. A escola se notabilizou, por exemplo, pelos seus resultados nas Olimpíadas de Matemática; pelos projetos nas etapas regional e distrital das Feiras de Ciências; pela sua participação nos Jogos Interescolares; e por projetos específicos que desenvolve, tais como: Consciência Negra; Festa Agostina; Formaturas da EJA e do 9º ano; Show de Talentos; Parlamento; Grêmio Estudantil; Enceja (projeto piloto no 9º A); Sala de Leitura; Folha do Bartô; Gincana Cultural; Intervalo Monitorado (apresentações quinzenais no pátio); Bartô Digital (Laboratório de Informática); Cultura de Paz e Projeto Horta.

Nos últimos anos, inclusive, constatamos o aumento da participação dos pais, mães e responsáveis pelos estudantes, que passaram a se envolver na Horta Comunitária, além de participarem ativamente dos dias letivos temáticos.

3- DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR

Ao acompanharmos as avaliações em larga escala e o Ideb podemos perceber uma evolução da escola em relação aos níveis de aprendizagem de Português e Matemática observados em outros períodos. É oportuno notar que um número pouco expressivo de alunos do 9º ano realizou a Prova Brasil nos últimos anos. Com isso, não houve possibilidade de se criar uma referência para esse período.

Com a adoção da **avaliação diagnóstica do sistema “Avaliação em Destaque”** foi possível perceber os avanços e fragilidades dos estudantes do Centro Educacional São Bartolomeu no início e no final do 3º ciclo. Por exemplo, os estudantes do 6º ano têm dificuldade em estabelecer relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para a continuidade de um texto. Por isso, o principal eixo a ser trabalhado em Língua Portuguesa é o **reconhecimento de estratégias de construção textual**.

Em matemática, evidenciamos que os alunos, de modo geral, têm dificuldade em resolver problemas com números naturais; envolver diferentes significados da adição ou subtração: juntar, alterar um estado inicial (positiva ou negativa); comparar; além de resolver problemas significativos utilizando unidades de medida padronizadas como km/m/cm/mm, kg/g/mg, l/ml. O principal eixo a ser trabalhado, nesse aspecto, é **a análise de grandezas e correlação entre medidas e sistema posicional**.

Os estudantes do 8º ano apresentam fragilidades como: reconhecer diferentes formas de tratar uma informação na comparação de textos que tratam do mesmo tema, em função das condições em que ele foi produzido e daquelas em que será recebido; reconhecer posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou ao mesmo tema; resolver problema envolvendo relações entre diferentes unidades de medida e resolver problema com números racionais que envolvam as operações (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação).

Os eixos que demandam maior atenção por parte dos nossos estudantes do Bloco 2 do 3º ciclo são: compreensão e interpretação textual, identificação de recursos que causam determinados efeitos sociodiscursivos, resolução de problemas envolvendo números inteiros e racionais.

Essa perspectiva serve como um norteador para trabalhos a serem desenvolvidos pelo corpo docente da escola de forma a superar essas fragilidades e avançar em outras potencialidades e habilidades dos, tendo como base os princípios da educação integral e o pressuposto teórico estabelecido no Currículo em Movimento das Escolas Públicas do Distrito Federal.

4- FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) define a função da educação no art. 2º: A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No entendimento de Brandão, “a educação não pode, pois, ser confundida com o simples desenvolvimento ou crescimento dos seres vivos, nem com a mera adaptação ao meio. É atividade criadora, que visa a levar aos seres humanos a realizar as suas potencialidades físicas, morais, espirituais e intelectuais. Não se reduz a fins exclusivamente utilitários como uma profissão. Abrange o homem em toda a extensão de sua vida. É um processo contínuo que começa nas origens do ser humano e se estende até a morte. (BRANDÃO, 2007)

Ao refletirmos sobre a função social da escola, entendemos a educação como prática social que se dá nas relações sociais que os indivíduos estabelecem entre si, ou seja, o ser humano visto em sua totalidade e em sua relação com o outro, formando grupos sociais que, por sua vez, se relacionam na formação de uma sociedade.

Assim, a escola precisa ser um espaço de sociabilidade que possibilite a construção e a socialização do conhecimento adquirido e a valorização do conhecimento que o educando já traz consigo, tendo em vista que esse conhecimento é dinâmico e que se caracteriza como um processo em construção e em variados ambientes, sendo a escola um deles. Como conceitua Libâneo, “A educação é uma prática social que busca realizar nos sujeitos humanos as características de humanização plena. Todavia, toda educação se dá em meio a relações sociais. [Ela é] uma prática humana, uma prática social, que modifica os seres humanos nos seus estados físicos, mentais, espirituais, culturais, que dá uma configuração à nossa existência humana individual e grupal”. (LIBÂNEO, 2002 p. 64).

Nessa perspectiva do desenvolvimento social, cultural, profissional e afetivo do indivíduo, cabe à escola formar cidadãos críticos, éticos, autônomos, participativos, responsáveis, conscientes de seus direitos e deveres para exercerem plenamente a cidadania, capazes de compreender e transformar a realidade na qual estão inseridos, aptos para participar da vida econômica, social e política do país. Isso se faz a partir de um ambiente educacional onde a escola não seja apenas vista como local de instrução, mas também como local de debate e de aprendizado sobre a vida em sociedade.

Há de se considerar que a formação do aluno é influenciada, também, pela visão de mundo e pela responsabilidade que ele vai adquirindo frente aos desafios da conjuntura atual. Nesse sentido, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento pleno do educando, estão as ações da Semana de Educação para a Vida, prevista no Calendário Escolar e, ao longo do ano letivo, as palestras sobre drogas, sexualidade, autoestima, motivação, consciência política, valores humanos, exploração sexual e redes sociais.

É papel da escola garantir a aprendizagem, criar condições para a construção do conhecimento, propiciar o desenvolvimento de habilidades e valores necessários à socialização do indivíduo. Estas aprendizagens devem constituir-se em instrumentos para que o aluno compreenda melhor a realidade que o

cerca, favorecendo sua participação em relações sociais cada vez mais amplas.

A ação de educar se estabelece entre indivíduos e não existe, a priori, sendo uma construção social. Dessa forma a escola é um espaço privilegiado que possibilita transformações sociais e individuais, de promoção do crescimento integral do indivíduo, por meio do envolvimento dos educadores, educandos e da família. A atividade docente faz parte dessa formação da ação educativa, na construção das intencionalidades coletivas em que a escola se insere, como afirma Charlot, segundo o qual a educação “é o processo por meio do qual um membro da espécie humana, inacabado, desprovido dos instintos e das capacidades que lhe permitiriam sobreviver rapidamente se apropria, graças à mediação dos adultos, de um patrimônio humano de saberes, práticas, formas subjetivas, obras. Essa apropriação lhe permite se tornar, ao mesmo tempo e no mesmo movimento, um ser humano, membro de uma sociedade e de uma comunidade, e um indivíduo singular, absolutamente original. A educação é, assim, um triplo processo de humanização, de socialização e de singularização”. (CHARLOT, 2000. p. 5)

Aproximar a comunidade escolar das ações realizadas no ambiente escolar se faz necessário. A família, independente da sua composição, precisa estar presente na vida dos filhos e filhas, acompanhar junto com a escola o seu desenvolvimento, fazer parte da construção do espaço da escola, participando do processo educativo. Isso se faz importante em relação ao tratamento que os alunos e responsáveis estabelecem com os professores e com a escola de forma geral, respeitando os horários de entrada e saída e se dirigindo de forma respeitosa aos trabalhadores que nela atuam.

Nesse ano, é preciso considerar “O Manual de Apoio à Aprendizagem Flexível durante a interrupção do Ensino Regular”, da Unesco, que explicita que os países devem se esforçar para: “[...] providenciar modos alternativos de aprendizagem e de educação para crianças e adolescentes, que estejam a frequentar os níveis básico ou secundário de educação e implementar programas de equivalência, reconhecidos e credenciados pelos Estados, de modo a garantirem aprendizagens flexíveis tanto em ambientes formais como não formais, inclusive em situações de emergência.” (HUANG, et al. (2020).

Para além do ensino presencial, o CEd. São Bartolomeu se compromete em realizar as atividades mediadas por tecnologias no contexto das aprendizagens flexíveis, além de buscar oferecer ao estudante condições de se organizar para os estudos em ambientes virtuais, através da elaboração de um cronograma de atividades. O professor atua assim, conforme o Currículo em Movimento, como mediador onde a “aprendizagem está fundamentada na reflexão sobre a própria atividade que o aprendiz realiza no seu contexto de vida” (VALENTE, 2005, p. 85).

5- MISSÃO DA UNIDADE ESCOLAR

Como nosso lema “ **Educar para cuidar, ensinar para transformar**” temos como missão:

- Levar ensinamentos, incetivos e valores aos estudantes.
- Desenvolver o pensamento crítico, social e coletivo.
- Fomentar a cultura como forma de transformação social.
- Preparar os alunos qualitativamente para continuarem seus estudos;
- Incentivar a qualificação para o mundo do trabalho;
- Melhorar os índices obtidos nas avaliações de desempenho das instituições educacionais nos seguintes exames IDEB, Encceja, Avaliação Diagnóstica da SEEDF.

6- PRINCÍPIOS NORTEADORES E EPISTEMOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Entre os princípios epistemológicos que adotamos estão:

- A) A unicidade entre teoria e prática (práxis);
- B) A interdisciplinaridade e a contextualização;
- C) A flexibilização.

Cientes da responsabilidade com sua função social, o CEd São Bartolomeu adota, como sugerido no Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal, o princípio da Educação Integral assim entendido não apenas no seu aspecto *quantitativo* - como mero aumento da carga horária - mas também *qualitativo* - com a formação plena do estudante.

Para tal, estamos caminhando para que sejam levados em conta os fundamentos pedagógicos da

Integralidade,
Intersetorização,
Transversalidade,
Diálogo escola-comunidade,
Territorialidade,
Trabalho em rede.

Dessa forma faz-se muito importante o trabalho na perspectiva dos eixos temáticos transversais em ações e projetos a serem desenvolvidos. O trabalho interdisciplinar também tem como fundamento o melhor aproveitamento desse tempo de atividades.

Devemos avançar mais e reafirmar posições que já assumimos como unidade de ensino como, por exemplo, a maior participação da comunidade escolar e pais nas ações da escola. Esse é um momento de preocupação com o trabalho a ser realizado em 2022. Estamos empenhados em fazer com que o nosso trabalho pedagógico convirja para o que está previsto no Currículo em Movimento, de forma a continuarmos a proporcionar, de forma segura, espaços sadios de sociabilidade, inclusão e aprendizado.

7- OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

Objetivos Gerais

- Resgatar nos alunos o prazer de estudar e aprender;
- Fomentar leitura e pesquisa;
- Capacitar os estudantes a realizar com êxito as provas de avaliação em larga escala;
- Desenvolver o protagonismo e a liderança dos jovens;
- Fomentar o convívio e o respeito à diversidade.

Objetivos Específicos

Propiciar ao aluno a construção de sua identidade, estimulando o desenvolvimento do senso crítico, do espírito intuitivo, da criatividade, da curiosidade pelo inusitado e do despertar de suas potencialidades;

Possibilitar aos alunos um desenvolvimento harmônico de conjunto de habilidades que levam à construção de competências necessárias para viver como cidadão e como profissional;

Resgatar as relações interpessoais por meio do respeito à diversidade e da afetividade para com seus professores, colegas e demais membros da comunidade escolar;

Fortalecer as relações entre a escola e a comunidade, desenvolvendo atividades, eventos e parcerias;

Proporcionar treinamento continuado por meio de capacitação, aperfeiçoamento e especialização, para os docentes e demais servidores;

Desenvolver o processo ensino-aprendizagem permanentemente, contextualizando os conteúdos da base nacional comum e oferecendo disciplinas da parte diversificada que atendam às necessidades dos alunos para o seu pleno desenvolvimento;

Elaborar juntamente com os professores em coordenação pedagógica um plano para implementação do ensino integral;

Utilizar espaços virtuais de aprendizagem - os laboratórios de informática - para proporcionar o uso de ferramentas colaborativas para os estudantes, de forma a distância ou presencial.

8- FUNDAMENTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS

A nossa proposta pedagógica tem como base: as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (DCNEF); o Currículo da Educação Básica da SEEDF (2014); as Diretrizes de Avaliação Educacional (2014-2016); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996; a Lei da Gestão Democrática nº4.751/2012; e a Base Nacional Curricular Comum.

O Currículo da Educação Básica da SEEDF fundamenta-se na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural. A Pedagogia Histórico-Crítica destaca a importância dos sujeitos na construção da história, sujeitos esses que *“são formados nas relações sociais e na interação com a natureza para produção e reprodução de sua vida e realidade”* (Currículo, 2014, p. 32).

Nessa perspectiva enfatiza-se a importância de se levar em conta o contexto sociocultural e econômico do educando, promovendo o estudo do conhecimento científico adquirido a partir das experiências vividas no cotidiano. Dessa forma, o aluno é colocado como protagonista do processo ensino-aprendizagem e o professor como mediador na construção do conhecimento historicamente acumulado, por meio de ações planejadas pedagogicamente, visando à formação do indivíduo histórico e social.

Toda essa abordagem vem ao encontro da concepção de Educação Integral proposta pela SEEDF que visa a formação cidadã para participação ativa na sociedade, o que pressupõe o envolvimento da comunidade escolar nas ações realizadas na e pela escola, assim como na construção coletiva do Projeto Pedagógico.

Dessa forma, a escola é um espaço de interação e convívio social, que deve oferecer ferramentas e oportunidades para aprendizagens significativas e para a construção do conhecimento acadêmico. Nessa perspectiva, a Educação Integral se materializa como a oferta de um ensino público de qualidade, que é um direito do educando e dever do Estado, constituindo-se como uma política de inclusão, de fomento à participação cidadã e à formação crítica dos estudantes.

Princípios da Educação Integral:

Integralidade: Formação integral dos estudantes, à sua completude, considerando-o como um sujeito individual (subjetivo) e social (coletivo);

Intersetorialidade: Possibilidades de potencialização de serviços públicos em prol da educação de qualidade e da formação integral dos estudantes;

Transversalidade: Deve ser vista como uma estratégia de ação, programada e estruturada, de forma a possibilitar a articulação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados e questões da vida real;

Diálogo escola e comunidade: O diálogo entre escola e comunidade é elemento imprescindível para a oferta de educação de qualidade. Na Educação Integral, essa articulação torna-se ainda mais necessária, pois a legitimação dos saberes comunitários como parte da vida e da formação do estudante demanda o reconhecimento da escola como um espaço comunitário. Nessa direção, a escola deve considerar a participação da família não só para falar dos problemas, mas, sobretudo, para pensar em formas possíveis

de planejamento e ação;

Territorialidade: A escola vivencia experiências individuais, comunitárias, sociais, relações de trabalho, entre outras, em lugares onde numa situação real de vida exercita a capacidade humana de aprender. Portanto, assegurar os tempos e espaços de convivência, os quais se efetivam nas relações sociais, envolvendo os movimentos sociais, o sistema produtivo local, as associações, clubes, o poder público etc., significa reconhecer que a educação acontece em outras esferas (inclusive mais de uma Unidade Escolar) e com diferentes ferramentas educativas;

Trabalho em rede: Na perspectiva da Educação Integral, não há como a escola dar conta da formação do estudante se não houver uma rede de apoio e uma articulação que imprima uma corresponsabilização pelo seu processo formativo e educativo. Com vistas ao processo de ação comunitária, é importante pensar na formação de uma rede em que todos se sintam partícipes no processo de discussão, planejamento e execução das ações que visam o processo educativo, o bem-estar e o desenvolvimento do estudante.

Teorias Críticas e Pós-Críticas

As teorias curriculares críticas basearam o seu plano teórico nas concepções marxistas e também nos ideários da chamada *Teoria Crítica*, vinculada a autores da Escola de Frankfurt, notadamente Max Horkheimer e Theodor Adorno. Outra influência importante foi composta pelos autores da chamada *Nova Sociologia da Educação*, tais como Pierre Bourdieu e Louis Althusser.

Já as teorias curriculares pós-críticas emergiram a partir das décadas de 1970 e 1980, partindo dos princípios da fenomenologia, do pós-estruturalismo e dos ideais multiculturais. Assim como as teorias críticas, a perspectiva pós-crítica criticou duramente as teorias tradicionais, mas elevaram as suas condições para além da questão das classes sociais, indo direto ao foco principal: o sujeito.

Pedagogia Histórico-Crítica

Acreditamos que a organização curricular não está restrita apenas à série/ano e sim a uma construção social. A escola deve criar ações que sejam capazes de facilitar a prática social dos educandos. Entendemos que a Pedagogia Histórico Crítica seja a mais adequada, uma vez que a mesma possui pressuposto teórico-metodológico no Currículo em Movimento do Distrito Federal e propõe uma didática em cinco etapas:

Prática Social Inicial (comum a professores e estudantes);

Problematização (identificação, pelo socioeducando, de questões a serem resolvidas a partir de sua prática social/realidade);

Instrumentalização (apropriação de instrumentos teóricos e práticos para resolver os problemas elencados);

Catarse (incorporação dos instrumentos culturais necessários à transformaçãosocial/realidade);

Prática Social Final (retorno à prática social inicial com uma visão mais ampla, transformação da realidade).

O Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal reafirma em seus Pressupostos Teóricos que a escolha da *“Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural, opção teórico-metodológica que se assenta em inúmeros fatores, sendo a realidade socioeconômica da população do Distrito Federal um deles. Isso porque o Currículo escolar não pode desconsiderar o contexto social, econômico e cultural dos estudantes [...] É função primeira da escola garantir a aprendizagem de todos os estudantes por meio do desenvolvimento de processos educativos de qualidade. Para isso, o reconhecimento da prática social e da diversidade do estudante da rede pública de ensino do Distrito Federal são condições fundamentais”*.

Esta metodologia de trabalho também é respaldada pela resolução nº 3 de 13 de maio de 2016 do Conselho Nacional de Educação, Cap. I Art. 04, Parágrafo II, III e IV, prevê a escolarização como estratégia de reinserção social plena, articulada à reconstrução de projetos de vida e a garantia de direitos. A progressão com qualidade mediante o necessário investimento na ampliação de possibilidades educacionais. O investimento em experiências de aprendizagem social e cultural relevantes, bem como do desenvolvimento progressivo de habilidades, saberes e competências.

Psicologia Histórico-Cultural

A Teoria Histórico-Cultural foi desenvolvida por Lev Semionovich Vigotski no início do século XX. Tendo a especificidade de compreender a construção psíquica do sujeito, com base na relação que este estabelece com a sociedade histórica e cultural na qual está inserido, essa teoria tem sido significativa para diversas áreas entre elas, a Psicologia. Nesse sentido, a Psicologia Histórico-Cultural, apresenta concepções diferenciadas de sujeito e das relações que este estabelece com o mundo, possibilitando compreender suas especificidades e construir sua própria identidade.

9- ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR

Compreendemos que a Organização Curricular não diz respeito apenas a uma relação de conteúdos divididos por ano/série, mas compreende, também, uma construção social do conhecimento, na qual as ações, dentro e fora da escola, devem ser planejadas coletivamente a fim de que os alunos possam desenvolver habilidades e atingir as aprendizagens.

A proposta curricular feita para o Ensino Fundamental caracteriza-se por ser uma matriz que considera as áreas do conhecimento organizadas em dimensões que se interconectam e se internalizam. Esse formato curricular requer a compreensão de que os conteúdos escolares e científicos se relacionam de modo a promover o entendimento de que o mundo atual é caracterizado por uma multiplicidade de linguagens e de culturas, presentes no conceito dos multiletramentos. (Currículo da Educação Básica, 2014).

Nesse sentido, após leitura e estudo dos cadernos do Currículo em Movimento - Pressupostos Teóricos e do Ensino Fundamental, vimos que podemos melhorar nossa prática pedagógica no que se refere à promoção da interdisciplinaridade entre as áreas do conhecimento.

Os Temas Transversais são contemplados não só nos projetos, mas também perpassam os conteúdos estudados no cotidiano escolar e de acordo com as especificidades de cada componente curricular, assumindo, assim, um caráter flexível. Ressaltamos a importância dos temas transversais como forma de envolver questões raciais, étnicas, de gênero, econômicas e ambientais em todo o trabalho pedagógico.

10- ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

Organização Escolar: Ciclos

A rede pública do Distrito Federal é organizado em ciclos para as aprendizagens. tal opção se justifica pela necessidade de reorganização do trabalho pedagógico e dos tempos e espaços escolares numa perspectiva inclusiva e emancipatória, favorecendo o desenvolvimento dos estudantes.

A organização escolar em ciclos no Ensino Fundamental I e II foi aprovada pelo Conselho de Educação do DF em dezembro de 2013 por meio dos Pareceres nº 225/2013 e nº 251/2013, homologados pela SEEDF mediante as Portarias nº 285/2013 e nº 304/2013, respectivamente.

A meta principal da organização em ciclos é garantir a conclusão do Ensino Fundamental dos seis aos catorze anos, ao mesmo tempo em que devem ser garantidas oportunidades de aprendizagem ao longo desse processo.

Organização dos tempos e espaços

Nossa escola atende todos os turnos: matutino, vespertino e noturno. Dividimos nosso funcionamento e tempo de escolarização nos seguintes horários:

Horário das aulas	
Matutino	07:15 às 12:15 h
Vespertino	13 às 18h
Noturno	19 às 23h

No Ensino Fundamental os estudantes assiste, diariamente, a seis aulas de disciplinas variadas, cada aula com 50 minutos de duração.

Ensino Fundamental	Ciclo	Bloco	Ano
Anos Iniciais e Finais	2º e 3º	Multiseriadas	1º ao 9º anos (classe especial)
Anos Iniciais	2º	Multiseriadas	1º e 2º anos (EJA Interventivo)
Anos Finais	3º	I	6º e 7º anos
Anos Finais	3º	II	8º e 9º anos

Na EJA o aluno assiste, diariamente, a cinco aulas, sendo duas de 50 minutos, duas de 45 minutos e uma de 40 minutos. No caso da aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a modalidade é presencial e é oferecida em regime semestral para toda a Educação Básica, comportando os seguintes segmentos e suas respectivas etapas:

Segmento	Etapas
1º segmento: Multiseriação	1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapas
2º segmento	5ª, 6ª, 7ª e 8ª etapas
3º segmento	1ª, 2ª e 3ª etapas

Os estudantes tem tolerância de 10 minutos para entrar na escola. Após esse horário, ele poderá entrar apenas acompanhado de um responsável ou com justificativa.

O lanche é servido às 09h20 (manhã) e às 15h10 (tarde) e 19h00 (noite). Os representantes de turma buscam o lanche na cantina, que é servido em sala.

No diurno, o intervalo acontece das 09h40 às 10h00 (manhã) e 15h30 às 15h50 (tarde).

Assalas de aula ficam trancadas durante o intervalo, com o material dos alunos e professores. É proibida a permanência de alunos nas salas durante o intervalo. Não tendo tolerância de entrada em sala após o término do intervalo.

Para melhor funcionamento da escola, os alunos estão autorizados a ir ao banheiro e beber água de preferência no 2º e 5º horários, pois os outros horários estão próximos do intervalo e horário de entrada e saída. Para se ausentar da sala, os alunos precisam pedir autorização ao professor.

Os alunos devem trazer uma garrafa de água, para não precisar se ausentar da sala com frequência.

Cada turma terá um professor conselheiro, que representará a turma para entrega de boletins e reunião com os responsáveis, entre outras tarefas na escola.

Cada turma terá também representante e vice-representante.

O uso do uniforme é obrigatório dentro das instalações da escola.

É obrigação do estudante trazer o material escolar.

Nos dias de aula de Educação Física, os alunos devem vir com vestimenta adequada, inclusive tênis. A vestimenta de Educação Física inclui o uniforme, obrigatoriamente.

Caso o aluno tenha alguma restrição para atividades físicas, deve entregar um atestado médico na escola.

De acordo com as normas do Centro Educacional São Bartolomeu, as sanções disciplinares serão adotadas conforme determina o Regimento das Escolas Públicas do DF São elas:

1. Advertência oral,
2. Advertência escrita
3. Suspensão de 1 a 3 dias.
4. As transferências compulsórias

O item 1 pode ser aplicado pelo professor, estando os demais submetidos a Direção/órgãos colegiados da escola. Serão autorizadas, excepcionalmente as transferências compulsórias, por deliberação dos órgãos colegiados da escola/Direção.

Relação escola e comunidade

Desde o início do processo de elaboração do PP, buscamos, sobretudo, a construção de uma identidade para esta instituição de ensino, compreendendo que comunidade escolar deve ser vanguarda nesse processo de edificação de uma atmosfera de aprendizagem que busque minimizar as adversidades e os conflitos, em busca de uma cultura de paz.

A participação efetiva da comunidade escolar nas fases que compõem a implementação da

proposta pedagógica se faz indispensável quando se acredita que tal projeto deva ser construído coletivamente. Além de se exigir a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade escolar para a elaboração da PP, se faz necessária uma compreensão mais abrangente e dinâmica de tal projeto no que diz respeito a sua construção e reconstrução contínua ao longo do ano letivo.

A integração entre a escola e a comunidade é indispensável para uma educação de qualidade. A instituição busca a participação efetiva das famílias e de toda a comunidade escolar não só na reunião de pais, mas também na elaboração e execução das ações desenvolvidas no âmbito escolar, pois acreditamos que esta participação ajuda os alunos a ter sucesso acadêmico e profissional.

Está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): as escolas têm a obrigação de se articular com as famílias e os pais têm direito a ter ciência do processo pedagógico, bem como de participar da definição das propostas educacionais. Apesar de todos os apontamentos, verificamos que não temos uma participação efetiva de toda a comunidade nas decisões escolares e muitas das vezes limitadas a questões disciplinares ou entrega de notas.

A relação entre professores, coordenação, direção, estudantes e demais profissionais da escola é bem próxima e não se restringe aos quatro muros da escola.

As principais formas de contato com os professores são: e-mail, a página da escola (saosebastiao.se.df.gov.br/cedsaobartolomeu), grupos de whatsapp com orientadoras e coordenadoras, e-mail institucional e telefone da escola.

Profissionais (EEAA, OE)

Entendemos que esses profissionais são essenciais para uma escolarização de qualidade, fortalece o processo pedagógico e proporciona aos estudantes um suporte maior em suas aprendizagens.

Disponibilizamos o Serviço de Orientação Educacional e também de profissionais atuando em sala de recursos e generalistas, atuando no contraturno dos estudantes.

Coordenação Pedagógica

O espaço-tempo da Coordenação Pedagógica faz-se muito importante, como estabelece a Subsecretaria de Educação Básica (Subeb): “o trabalho coletivo realizado nos espaços das coordenações pedagógicas requer uma interação entre os professores, que proporcione o enriquecimento das ações pedagógicas e a interdisciplinaridade. Portanto, a valorização desses momentos de coordenações passa pelo comprometimento dos docentes e pela gestão da unidade escolar, responsável em dinamizá-la a partir do trabalho coletivo.”

O Conselho de Educação do DF aprovou a Organização Escolar em Ciclos para as aprendizagens no Parecer nº 25/2013. Essa proposta “busca ressignificar a Coordenação Pedagógica como espaço de formação continuada permanente e o Conselho de Classe como instância de convergência das avaliações praticadas na escola.” (www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/ens_fundamental_guia_ciclos.pdf).

O momento previsto para a coordenação pedagógica deve propiciar ao corpo docente uma prática reflexiva para que juntos, professores e coordenadores, possam construir estratégias pedagógicas que permitam alcançar o nosso estudante. O professor é quem acolhe e organiza as ações pedagógicas que

irão gerar ideias, que sendo discutidas, permitirão a ampliação dos conhecimentos dos estudantes. E é nas coordenações pedagógicas que esse trabalho terá início com a culminância em sala de aula.

Portanto, educar e ensinar são compromissos com a construção da identidade do indivíduo, de maneira a conviver juntos a partir da realidade pessoal de cada um, respeitando sua diversidade cultural e étnica e atendendo aos princípios norteadores da cidadania.

Coordenação pedagógica	
2ª feira	Coordenação Pedagógica geral
3ª feira	Área de Ciências Exatas
4ª. feira	Coordenação Pedagógica geral
5ª. feira	Área de Códigos e Linguagens
6ª. feira	Área de Ciências Humanas

Objetivos da Coordenação Pedagógica

A coordenação pedagógica é um local onde professores, coordenação, supervisão e direção poderão trabalhar para construir soluções para os problemas pedagógicos percebidos pelo corpo docente. Neste sentido, sugerimos alguns procedimentos para nortear o trabalho pedagógico:

Mapear pontos críticos do processo de ensino e aprendizagem;

Propor atividades que aperfeiçoem o trabalho pedagógico;

Oportunizar momentos de formação, estudo e reflexão sobre a prática docente, levando em conta o previsto na documentação da SEDF;

Promover estudos e pesquisas para ressaltar a importância da relação teoria-prática do processo de ensinoaprendizagem;

Estimular a leitura, análise, reflexão de subsídios e avaliar a sistematização durante todo o processo;

Fazer a avaliação estudantil, por meio do formulário Google;

Aprender a usar o ambiente virtual para potencializar as aulas, inclusive fazendo uso de avaliações formativas, como prevêem as Diretrizes de Avaliação do Distrito Federal;

Aprender a usar soluções tecnológicas que permitam aprimorar a relação com os estudantes como *o instagram, o facebook e o youtube*.

A Coordenação coletiva dos professores que atuam com Jornada Ampliada acontece às segundas-feiras e quartas-feiras, nos dois turnos e nos demais dias da semana a coordenação é individual e por área temática: disciplinas de Exatas (terças-feiras); disciplinas de Código e Linguagens (quinta-feira) e disciplinas de Humanas (sexta).

Coordenação Pedagógica e a Avaliação

A avaliação é um processo que deve estar presente de forma contínua e sistemática, e com o trabalho pedagógico planejado nas coordenações e desenvolvido pelo corpo docente junto aos alunos, em sala de aula, não poderia ser diferente. Precisamos fazer uma avaliação sistemática de todo o processo continuamente para correção necessária do caminho pedagógico, que permitirá o aperfeiçoamento do aprendizado dos educandos.

Nesse aspecto, é fundamental a compreensão das Diretrizes de Avaliação da SEE por parte dos coordenadores, com a finalidade de orientação dos professores:

Os professores são os profissionais da educação e têm no pedagógico a centralidade de seu trabalho. Os estudantes, independente do nível de ensino em que estejam, são sujeitos, dotados de historicidade e subjetividade (o que os diferencia entre si), caracterizados por vontades, capazes de utilizar a linguagem para expressar-se e interagir, e ocupam o lugar de quem deseja aprender algo, com diferenças no que desejam e como o desejam aprender. (VEIGA, 2009, p. 182).

É muito importante levar em conta essa consideração inicial para que o trabalho do professor esteja determinado pela ação consciente dessas predicções expressas no texto, subjetividade, vontade, capacidade de utilizar a linguagem. Através dessas premissas se estabelece o trabalho do docente como sujeito autônomo, "sujeito que não reproduz apenas o conhecimento, mas pode fazer do seu próprio trabalho de sala de aula um espaço de práxis docente e de transformação humana. É na ação refletida e na redimensão de sua prática que o professor pode ser agente de mudanças na escola e na sociedade" (LIMA, 2001, p. 246).

É fundamental observar a centralidade do professor no processo pedagógico, mas também percebê-lo como agente das propostas coletivas do CEd São Bartolomeu dentro do espaço criativo e de deliberação da Coordenação Pedagógica. É nesse espaço-tempo, considerado fundamental dentro da proposta da organização escolar em Ciclos para as aprendizagens, que os projetos interdisciplinares tomarão forma, de maneira a atingir os objetivos estabelecidos no início do bimestre letivo.

A ideia de que a educação é um processo inconcluso para os humanos é fundamental para a atuação docente. Afinal, esta também pressupõe um aprendizado contínuo e permanente, de maneira a lidar com os grandes desafios da formação humana contemporânea. É importante ressaltar as dimensões da atividade docente, sendo elas:

Técnico-científica - Refere-se ao domínio revelado pelo educador acerca dos conteúdos específicos que ministra, considerando o nível de ensino no qual atua. É fundamental que esse domínio esteja vinculado aos condicionantes sociais, econômicos, políticos e filosóficos que acompanham toda a ação pedagógica. Dessa forma, o educador não pode deixar de se envolver com o desenvolvimento dos sujeitos participantes das ações de ensino promovidas;

Prática - Revela a necessidade da articulação teoria e prática, pelo educador, visando potencializar as situações planejadas para ocorrer o processo de ensino-aprendizagem. Essa dimensão ajuda a "relacionar a matéria de ensino com a vida prática [e] dar exemplos e favorecer a maior instrumentalização do aluno para trabalhar com a realidade" (CUNHA, 2004, p. 38);

Pedagógica - Exige que o educador perceba sua ação em um planejamento mais amplo, que envolva: objetivos gerais e específicos do ensino proposto; caracterização do perfil da clientela com a qual trabalhará; seleção adequada dos conteúdos; definição de variados recursos e estratégias de ensino; diferentes procedimentos de avaliação da aprendizagem. Além disso, implica o

reconhecimento da importância e necessidade de uma relação educador/educando baseada na cooperação mútua;

Política - Diz respeito à clareza do educador sobre a realidade na qual seu trabalho se insere, analisando-a de forma crítica e coerente, que expresse sua visão de mundo e uma proposta de formação dos indivíduos. Nesse sentido, Gadotti (2003, p. 143) lembra que “a educação é compromisso, é ato, é decisão. Educar-se é tomar posição, tomar partido. E o educador educa educando-se, isto é, tomando partido, posicionando-se”.

É fundamental que o docente, como servidor efetivo ou temporário da Secretaria de Educação, obedeça o que está regulamentado na Portaria nº 180, publicada no DODF de 30/5/2019 e também no Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do DF (Portaria nº 15/2015), no que tange à importância do bom tratamento com estudantes e demais servidores, além do cumprimento de prazos e pontualidade aos horários de entrada, saída e de coordenação pedagógica.

Conhecer os documentos da Secretaria de Educação como as Diretrizes de Avaliação, o Currículo em Movimento além das normatizações a respeito dos ciclos para aprendizagens também é papel do professor para que sua prática seja de excelência.

Convivência entre professores e alunos

A relação educador-educando não deve se basear na autoridade pedagógica, não no autoritarismo. As avaliações devem ter caráter formativo e não punitivo segundo a pedagogia histórico-crítica, que norteia as práticas da Secretaria de Educação.

Assim, os procedimentos educacionais devem se pautar pelos princípios de cooperação, respeito e solidariedade. O aluno deve ser considerado como um sujeito ativo no seu processo de construção de conhecimento. O educador, por sua vez, deve estar sempre disposto a perceber as necessidades e aflições dos estudantes. Por essa razão cabe ao professor considerar também, o que o aluno já sabe, sua bagagem cultural e intelectual, para a construção da aprendizagem.

As relações entre professores e alunos não devem ultrapassar os limites do que é colocado como um relacionamento profissional, evitando troca de telefones, envio de fotos, dentre outras atitudes.

Os professores devem tratar os alunos com respeito, distanciamento e se preocupar principalmente com a aprendizagem dos alunos.

Os alunos devem respeitar seus professores e toda equipe escolar. Caso o aluno seja desrespeitoso com algum membro da equipe escolar serão aplicadas as sanções disciplinares devidas.

Caso os pais e/ou responsáveis desejem falar com os professores, devem procurar a Coordenação, que irá marcar dia e horário para o atendimento com os professores, sempre em turno contrário ao da regência de classe dos mesmos, salvo no caso do turno Noturno.

11- AVALIAÇÃO DOS PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

Considerando as Diretrizes de Avaliação da Secretaria de Educação, além do próprio parecer do Conselho de Educação do DF é fundamental nortear as ações avaliativas no CEd São Bartolomeu a partir dos princípios da geral, ou seja, de uma forma de avaliar que se dê ao longo de um processo e que respeite os tempos de aprendizagem de cada estudante.

A avaliação formativa é também chamada de avaliação para as aprendizagens. Tem como foco o processo de ensino e aprendizagem e pretende aperfeiçoá-lo mediante o uso de uma perspectiva de interação e de diálogo, respondendo a professores e estudantes na lógica do feedback e da autoavaliação, bem como utilizando a avaliação diagnóstica como potencializadora da ação.

Dessa forma é inviável que as práticas em sala de aula em relação à avaliação sejam orientadas a partir da pedagogia tradicional, que utiliza a avaliação com fundamento meramente punitivo e com foco na exclusão. Da mesma forma, no caso do professor realizar um teste ou uma prova é importante dar o retorno ao estudante, uma oportunidade de rever ou refazer as questões e, principalmente, proporcionar novas oportunidades de recuperação contínua dos objetivos de aprendizado não alcançados.

A prova serve também como referência para o próprio professor repensar suas ações e compartilhar as experiências no momento de Coordenação Pedagógica. O professor tem autonomia para definir as estratégias que fundamentarão o fazer didático-pedagógico no cotidiano de sua sala de aula, devendo ser as mais diversas possíveis.

É importante ressaltar, nesse ínterim, que os anos finais do Ensino Fundamental ainda utilizam notas para registro e comunicado dos resultados e do desempenho, mas isso não quer dizer que a avaliação formativa não deva acontecer. Ao contrário, ela estará presente no processo quando conduzido com o olhar diferenciado proposto pela avaliação formativa e nas intervenções que dele derivem.

Conselho de Classe

O Conselho de Classe é atualmente uma ferramenta de avaliação e autoavaliação que se reúne ordinariamente antes da entrega dos resultados por meio de boletins de notas do bimestre aos responsáveis, mas também se reúne, extraordinariamente, para tratar de assuntos ligados à rotina escolar, principalmente os pedagógicos.

A Assembleia Escolar também é uma instância extremamente importante, e pode contribuir com a avaliação, como previsto nas atribuições do Conselho Escolar (Lei Nº 4.751 de 7 de fevereiro de 2012). Destacamos em particular o Art. 25, inciso XIII, que trata de debater indicadores escolares de rendimento, evasão e repetência além de propor estratégias que assegurem aprendizagem significativa para todos, e o Art. 31, que trata da reunião ordinária, que acontece uma vez ao mês entre os membros desse conselho. Por tudo isso, pensamos que o conselho escolar deve ser fortalecido.

Avaliação Institucional da Unidade Escolar

De acordo com as Diretrizes de Avaliação Educacional, “o Ensino Fundamental requer organização do trabalho pedagógico voltado para a conquista das aprendizagens por todos os estudantes e para a superação da avaliação quantitativa e classificatória, dando lugar à avaliação formativa, cujos princípios exigem que a avaliação diagnóstica, que a acompanha, aponte as necessidades de intervenções pedagógicas, oferecidas constantemente.” (Diretrizes de Avaliação Educacional, 2014).

Nitidamente temos boa parte das avaliações ainda com o aspecto somativo, no qual as notas são dadas para ações dos alunos, como tarefas de casa, caderno, etc. No entanto, já temos professores que adotam uma postura diferenciada e uma prática com o perfil de avaliação formativa. O objetivo é que cada vez mais professores adotem esta prática.

Adotamos uma avaliação multidisciplinar temática e, ainda, notas atribuídas a participação dos alunos em projetos semestrais, como Show de Talentos, Feira do Conhecimento, Dia da Consciência Negra, Gincana e Jogos Escolares.

Na EJA, as Oficinas Pedagógicas realizadas com as turmas são avaliadas. Entretanto, após as discussões que culminaram no Currículo em Movimento do DF, em 2014, vários docentes estão sendo conscientizados de que é necessário avaliar para intervir e não apenas para obter notas.

Segundo a perspectiva da avaliação formativa, não se adotam esses instrumentos/procedimentos simplesmente para atribuição de nota, mas para que se constate o que os estudantes aprenderam e se identifiquem as intervenções a serem realizadas. (Diretrizes de Avaliação Educacional 2014- 2016, p.17). Em função do exposto, a escola necessita se apropriar de conhecimentos técnicos referentes ao ambiente virtual de aprendizagem.

Essa busca pode ser feita por meio de textos, vídeos, objetos dinâmicos e tudo o que a plataforma pode oferecer, para que os alunos possam ver onde estão errando e como fazer para corrigir esses erros, sempre considerando que o feedback ou retorno de informações aos aprendizes é indispensável para o processo avaliativo formativo, seja em sala de aula, seja no exercício profissional, propiciando que o avaliado se mantenha informado sobre suas aprendizagens. (Diretrizes de Avaliação Educacional 2014- 2016, p.14).

Em contrapartida, o corpo docente irá, aos poucos, tentar expressar claramente os objetivos de cada uma das intervenções pedagógicas e a interagir com alunos, de modo a construírem juntos os objetivos de aprendizagem e os critérios de avaliação. A escola tentará fazer um trabalho de convencimento junto aos docentes de modo a mostrá-los que a avaliação formativa proposta faz total sentido para os estudantes e é possível de ser trabalhada por eles.

Nossos projetos Gincana Cultural, Cultura de Paz, Show de Talentos, Feira de Conhecimento, Oficinas Pedagógicas da EJA, Consciência Negra e Rodas de Conversa buscam favorecer a integração entre os conteúdos dos componentes curriculares que são desenvolvidos ao longo do semestre, aplicando a teoria na prática. Esses projetos interdisciplinares têm no dia da culminância a materialização das aprendizagens adquiridas onde os eixos integradores estão inseridos em todos os projetos.

12- PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

Vivemos em constantes mudanças nos dias de hoje, na educação não é diferente. Entendemos que o PP não é estático e precisa a cada ano ser melhorado, adaptado e até mesmo reconstruído, seja na sua totalidade ou parcialidade.

É importante salientar que o trabalho de construção do PP continuará ao longo do ano letivo em nossas coordenações pedagógicas, o seu acompanhamento e também a mobilização dos profissionais da escola ficará a cargo da Direção com cooperação dos profissionais da coordenação, da comunidade escolar, sendo apresentado no início do ano letivo, para que todos os envolvidos se apropriem do documento e façam suas contribuições ao longo do ano letivo.

Objetivos	Metas	Ações	Responsáveis	Cronograma
Estimular a avaliação formativa, continuada e pedagógica.	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir espaços de reflexões e discussões entre os participantes; - Incentivar atividades culturais, sociais e de respeito à diversidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar as formações continuadas dos docentes por meio de cursos e coordenações pedagógicas; - Entender o Conselho de Classe como espaço vital para verificação da avaliação formativa dos estudantes; aprendizagens - Promover iniciativas populares/culturais em todos semestres, bem como oportunizar suas realizações em espaços adequados; <p>Estimular o desenvolvimento da ética, cidadania, humanismo e respeito à diversidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover atividades sociais que estimule o convívio entre os educandos; maior interação entre os estudantes. 	Coordenação Pedagógica e Professores	Bimestral
Incentivar a gestão participativa, de pessoas, financeira e Administrativa	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver canais de comunicação efetivo entre escola, família; - Garantir de forma transparente a destinação de recursos ou bens destinados CEd 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover uma maior comunicação entre familiares e escola; - Incentivar mais a atuação dos órgãos colegiados nas decisões da escola; - Divulgação de forma transparente e contínua, o uso das verbas destinadas a escola de diferentes fontes ou programas educacionais; - Catalogar todos bens de custeio e capital e publicizá-los; - Providenciar a aquisição ou doações de livros de literatura, material de informática ou outros de interesse do CEd. 	Gestão Escolar	Semestral
Fortalecer a prática pedagógica e de resultados educacionais	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento do espaço de coordenação, planejamento e prática pedagógica; - Desenvolver junto a família momentos de parceria e formação para os profissionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover encontros pedagógicos coletivos mensalmente com todos os professores/coordenação/supervisão; - Promover espaço para as avaliações diagnósticas sempre no início de cada semestre; - Desenvolver ações de gestão junto com a família, visando a melhoria dos resultados de desempenho da escola, quanto a rendimento e frequência dos estudantes; - Oportunizar tempo, espaço físico, horário e segurança e recursos humanos para que sejam atendido individualmente os estudantes com dificuldade de aprendizagem; - Articular a teoria e prática com atividades diferenciadas que possibilitem uma aprendizagem mais significativa; - Promover a aprendizagem criativa e não a mera memorização; 	Gestão, Coordenação, Professores,	Contínuo

13- PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS

13.1- Atendimento Especial – Salas de Recursos

A Sala de Recursos atende aos estudantes que possuem algum laudo para atendimento especializado na área de aprendizagem complementar à abordagem curricular desenvolvidas na sala de aula.

Os profissionais da sala de recursos atendem, no contraturno, individualmente ou em grupos, estudantes com deficiência intelectual, deficiência física, deficiência múltipla e Transtorno Global do Desenvolvimento - Autismo.

Os alunos da EJA que necessitam do atendimento são acompanhados, também no diurno.

CRONOGRAMA DA SALA DE RECURSOS GENERALISTA		
2ª feira	3ª feira	5ª feira
8:00h às 12:10h	8:00h às 12:10h	8:00h às 12:10h
13:30h às 17:40h	13:30h às 17:40h	13:30h às 17:40h

13.2 Ensino Especial

Segundo o decreto de 17/09/2008, o ensino especial terá os seguintes objetivos: Promover condições para o acesso e participação no processo de ensino e aprendizagem no ensino regular; abordar temas transversais para o estudante desenvolver suas habilidades em sala de aula; diversificar as metodologias pedagógicas para que esse aluno supere suas dificuldades físicas intelectuais; e assegurar condições básicas para a continuidade de estudo nos demais níveis de ensino.

Prática Avaliativa no Ensino Especial - Se necessário, as provas poderão ser realizadas na Sala de Recursos com a supervisão dos professores da Sala de Recursos. Acompanhar o desenvolvimento do estudante na interação social e avanço acadêmico da classe regular.

Serão necessários os seguintes materiais: calculadora; dicionário (português, inglês e espanhol); gramática; jogos pedagógicos direcionados aos anos finais; computadores; internet; impressora colorida; estabilizador; caixa de som; televisão com entrada HDMI; quadro branco; trenas; compasso, régua e transferidores; cartolina, lápis de cor, giz de cera, lápis, caneta, pincel atômico; borrachas, EVA e cola; livros paradidáticos; relógio de parede; balança digital; globo terrestre; lupa e régua de aumento; e filmes e programas educativos.

Ações e estratégias complementares no Ensino Especial

Promover jogos para incrementar o raciocínio lógico e a atenção nas tarefas propostas;

Usar palavras cruzadas para melhorar vocabulário;

Ordenar textos para observar a coerência entre parágrafos;

Finalizar histórias e sugerir novos títulos para as mesmas;

Conhecer vários tipos de narração;

Propor a construção de jogos de Matemática para melhorar a compreensão do estudante nos conteúdos propostos;

Utilizar os recursos tecnológicos como o computador e a calculadora para superar as dificuldades apresentadas;

Apresentar os conteúdos matemáticos através de material concreto;

Promover atividade extra-classe, para enriquecimento cultural dos alunos e desenvolvimento da socialização, para os seguintes lugares: pontos turísticos de Brasília, clubes, zoológico, Centro Cultural Banco do Brasil, parques, cinema, planetário, museus, etc;

Auxiliar os professores do ensino regular nas adequações curriculares e estratégias pedagógicas para trabalhar a especificidade de cada estudante;

Participar dos estudos de casos das classes especiais;

Dialogar com os alunos neurotípicos, quando necessário, sobre a importância de aceitar e ajudar os alunos inclusos; Manter o diálogo com as famílias sobre a importância da conclusão do ensino fundamental e médio para inserção no mercado de trabalho.

Expectativa de Resultados: reduzir o índice de repetência; incluir o aluno com deficiência no contexto do ensino regular, superando suas dificuldades; e inserir o estudante no trabalho em vagas para pessoa com deficiência.

13.3 - Serviço de Orientação Educacional (SOE)

O Serviço de Orientação Educacional (SOE) procurar manter um ambiente de trabalho saudável, e harmônico entre as partes envolvidas no processo ensino-aprendizagem. Entre seus objetivos estão;

A) Acompanhar a implantação e o desenvolvimento da Proposta Pedagógica do Estabelecimento de Ensino;

B) Trabalhar para que a solidariedade e a ética profissional sejam princípios orientadores da ação de todos os segmentos da escola;

C) Orientar a família sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente;

D) Acolher pedagogicamente as famílias e/ou responsáveis mediando as situações-problema/desafios apresentados;

E) Identificar e trabalhar junto à família as causas que interferem no avanço dos processos de ensino e aprendizagem do estudante;

PLANEJAMENTO DE AÇÃO DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL					
Temática	Estratégias pedagógicas	Envolvidos	Semestre	Parceiros	Eixo da ação Pedagógica
bullying	Roda de conversa;	direção;		equipe gestora	

	palestra; filme	professores; alunos.	1º	e professores	
autoestima	Escuta ativa; Projetos e dinâmicas.	direção; Professores; Alunos.	1º e 2º	equipe gestora e palestrantes	ação junto aos estudantes.
auto mutilação	Roda de conversa	direção; professores; alunos; família	1º	equipe gestora; agentes de saúde.	ação junto às famílias e professores
drogas	palestras; Folder	direção; professores; alunos; família.	2º	equipe gestora	ação junto aos estudantes e professores;
Abuso sexual	Rodas de conversa		2º	palestrantes externos.	ação junto aos estudantes.
programa saúde na escola	palestras, dinâmicas, filmes	alunos professores família	1º e 2º	agente de saúde	ação junto aos alunos e famílias

14- PROJETOS ESPECÍFICOS DAS UNIDADE ESCOLAR

O CED São Bartolomeu promove, ao longo do ano, momentos em que a comunidade pode estar dentro da escola. Esses momentos são: Gincana, Feira do Conhecimento, Dia da Consciência Negra, Reunião de Pais, Dia Temático Letivo, Show de Talentos, e Oficinas EJA.

Além disso, junto ao corpo discente, desenvolvemos os seguintes projetos interdisciplinares, a saber:

14.1 - Projeto Horta e Compostagem na Escola

Histórico - O projeto iniciou no ano de 2018 com a criação da horta na área interna do CED São Bartolomeu, com 10 canteiros e o plantio de várias ervas e hortaliças como capim-santo, couve, cebolinha, mastruz, entre outras. Foi realizada a compra de algumas ferramentas como enxada, mangueira, ancinho, entre outras. Mas não houve uma continuidade do projeto e a horta ficou sem suas devidas manutenções. No ano de 2019 o projeto se consolidou, com a participação de pais e mães de alunos matriculados na escola, da Emater e da Horta Girassol. Então, os estudantes puderam fazer oficinas no espaço da horta girassol e serem multiplicadores na Horta do São Bartolomeu.

Durante as aulas de PD e de Ciências do turno matutino, a professora desenvolveu atividades de ensino sobre adubação, retirada de ervas daninhas, plantio e colheita das verduras e legumes. O resultado da produção da Horta foi destinado à comunidade escolar durante os dias letivos temáticos do 3º e 4º Bimestre.

Um dos motivos do projeto buscar envolver os pais e alunos com a horta foi evitar o abandono e manter os devidos cuidados com o espaço de produção como parte do cotidiano da escola e comunidade.

A compostagem e o canteiro de ervas medicinais são uma novidade agregada ao projeto e não foram implementadas ainda no anos de 2019/2020/2021, sendo prevista para o presente ano de 2022.

Objetivo- As atividades propostas para os educandos durante os trabalhos na Horta servirão como aprendizagem do manejo, combate ao estresse do cotidiano, momento de socialização com atividades pré-estabelecidas e uma porta para o mercado de trabalho, já que o conhecimento adquirido na horta pode ser empregado na vida profissional futura do estudante.

As atividades do projeto horta e compostagem na escola contribuem para incentivar uma prática social entre os alunos, pais e comunidade, promovendo o acesso ao projeto e estimulando o consumo de hortaliças. É importante apresentar um exemplo de agricultura autossustentável e menos agressiva à natureza, divulgar a importância de uma horta orgânica e demonstrar a criação e o manejo da compostagem. A horta na escola pode servir como fonte de alimentação e atividades didáticas, oferecendo grandes vantagens às comunidades envolvidas, como a obtenção de alimentos de qualidade a baixo custo e também o envolvimento em programas de alimentação e saúde desenvolvidos pelas

escolas.

Alguns outros objetivos são: incentivar os alunos a reciclar os resíduos produzidos na cantina da escola e em suas próprias casas; levar a vivência da prática para o cotidiano; incentivar a participação dos pais e fazer proveito das suas experiências.

Metodologia - Serão levadas a efeito no manejo da horta os seguintes procedimentos: irrigar diariamente observado o melhor horário para sua efetivação; retirar plantas invasoras; afofar a terra próxima às mudas; completar nível de terra em plantas descobertas; observar fitossanidade da horta (insetos e pragas, fungos, bactérias e vírus); realizar a colheita e higienização das hortaliças; e utilizar na horta o adubo produzido na composteira.

Compostagem - A compostagem pode ser feita em recipientes, sistema de pilhas e em sistema de enterro. A forma de compostagem será escolhida de acordo com o fluxo da quantidade de componentes orgânicos obtidos. O material orgânico será recolhido da cantina da escola, do lixo orgânico separado exclusivamente para a composteira e de folhas recolhidas das árvores da escola.

Ferramentas - A escola possui em seu acervo a maioria das ferramentas necessárias, sendo prevista nesse PP a compra de sementes e outros insumos para a manutenção do funcionamento da horta. Algumas ferramentas são essenciais para o preparo da terra e plantio das hortaliças: a enxada é utilizada para capinar, abrir sulcos e misturar adubos e corretivos como serragem à terra; o enxadão é utilizado para cavar e revolver a terra; o regador serve para irrigar a horta; o ancinho é utilizado para remover torrões, pedaços de pedra e outros objetos, além de nivelar o terreno; o sacho é uma enxada menor que serve para abrir pequenas covas, capinar e afofar a terra; o carrinho-de-mão é utilizado para transportar terra, adubos e ferramentas; corda e garrafa pet são utilizadas para erguer o jardim vertical; a tinta é usada para a identificação da horta; sementes variadas para o plantio; mudas para a horta e para o jardim vertical; tesoura para podar; e recipientes e serragem para a composteira.

14.2- Projeto Sala de Leitura

Quando se fala em leitura, especialmente na sociedade brasileira, logo se percebe o grande índice de resistência, principalmente pelos educandos no âmbito escolar, por ser uma tarefa que exige dedicação, esforço, vontade e acima de tudo persistência na busca do conhecimento. Ressalta-se que ler não se restringe a decodificação de letras ou palavras, mas a apreensão de seus significados, ou seja, é preciso se apreender a mensagem transmitida pelo conjunto de palavras que formam frases e textos.

Escrever e ler são duas atividades da alfabetização que devem ser conduzidas paralelamente. No entanto, costuma-se dar muito mais ênfase à escrita do que à leitura. Com isso, surge uma disfunção: a escola passa a considerar mais fácil avaliar um aluno pelos seus acertos e erros de escrita, dando menos importância à compreensão e à expressão oral.

No entanto, ler é uma atividade tão importante quanto a produção de textos, principalmente

para jovens e adultos em processo de alfabetização que, em muitos casos, vivem praticamente sem escrever, mas não sem ler. Necessitam da leitura para a sua vida cotidiana, principalmente em nossa sociedade atual. As pessoas que vivem nas cidades precisam saber ler as placas de ônibus, números, etiquetas de alimentos, documentos etc.

Além de ter um valor técnico para a alfabetização, a leitura é ainda uma fonte de prazer, de satisfação pessoal, de conquista, de realização, que serve de grande estímulo e motivação para que o aluno jovem e adulto permaneça em sala de aula e dê continuidade a sua formação.

O processo tradicional de introdução do aluno à leitura é através do bê-á-bá, isto é, do aprendizado das famílias silábicas, o que pode acarretar problemas sérios para a formação do leitor. O reconhecimento das famílias silábicas, como o próprio reconhecimento das letras, faz parte do processo de decifração que já deve ser considerada um estágio inicial de leitura. Por isso, nem sempre é importante que o aluno conheça todas as palavras do texto. Deixá-lo ler, refletindo sobre as estratégias de leitura e o conteúdo do texto, é fundamental.

Justificativa - O projeto surgiu após a observação da postura dos alunos diante da leitura e escrita, percebendo-se que eles têm um enorme gosto por essa atividade. Partindo desse contexto, pretende-se trabalhar leituras orais e escritas de forma significativa e prazerosa. A leitura parte do interesse do aluno, mas as atividades a serem desenvolvidas devem ser trabalhadas de formas variadas.

O estudo faz-se necessário, pois a partir dele os alunos serão estimulados espontaneamente a construir, modificar e relacionar ideias, interagindo com outros e com o mundo. A leitura só desperta o interesse quando interage com o leitor, quando faz sentido e trás conceitos que se articula com as informações que já possui. Com a leitura, há possibilidades dos alunos se afastarem dos atos violentos, levando-os a serem mais críticos e tendo uma visão mais ampla sobre a sociedade.

O objetivo deste estudo é despertar a sensibilidade e o prazer pela leitura, levando o educando a refletir sobre seus atos, possibilitando que eles participem de situações de comunicação oral e escrita, como contar e recontar histórias, podendo também escrevê-las.

Formar leitores é algo que requer condições favoráveis, não só em relação aos recursos materiais disponíveis, mas, principalmente, em relação ao uso do que se faz deles nas práticas de ler. Assim, este projeto tem a finalidade de despertar nos educandos o gosto pela leitura, interpretação de textos e pela escrita convencional. Cabe ao professor, então, realizar-se no universo de cada um deles, respeitando seus interesses, despertando a criatividade, dando-lhes a mesma oportunidade de tentar novas experiências que resultem em aprendizado, através da fala ou da escrita para, assim, poder integrar no contexto social em que vivem.

Objetivo Geral - Contribuir para o processo de alfabetização e letramento das crianças e adolescentes que apresentam dificuldades com a leitura e a escrita.

Objetivos Específicos - desenvolver estratégias e procedimentos de leitura eficientes para ensinar os alunos; propor situações didáticas que garantam, de maneira contínua, a abordagem de gêneros diversos selecionados em função de temas de estudo e com grau de dificuldade crescente; fazer parte de situações sociais de leitura, como as discussões sobre obras lidas e a indicação das apreciadas; buscar informações, selecionar estratégias de leitura conforme os propósitos específicos;

oportunizar aos estudantes o acervo de inúmeras obras literárias de variados autores, buscando sempre ampliar seus conhecimentos e suas capacidades criativas; incentivar o estudante a compreender e utilizar melhor as regras ortográficas da Língua Portuguesa; identificar as características dos gêneros estudados; ler individualmente e em grupo, conhecendo os clássicos e identificar recursos linguísticos, procedimentos e estratégias discursivas para relacioná-las com seu gênero; reconhecer a leitura como uma fonte essencial para produzir textos; e produzir e revisar textos em diferentes modalidades.

Obrigatória para o ingresso em universidades e em concursos, a redação é muito importante para escolas de nível médio e fundamental, é uma das habilidades que mais exige a atenção e esforço dos alunos. Baseado nisso, o CED São Bartolomeu decidiu criar a oficina de produção textual como projeto de PD com a finalidade de apresentar a nossos estudantes as principais técnicas de aperfeiçoamento da escrita e de redação para o vestibular.

As oficinas de redação trabalham temas que tenham grande probabilidade de caírem nas provas. Os professores ficam de olho nos noticiários e atualidades, para desenvolver os temas e pesquisar textos de apoio e, dessa forma, a proposta da redação é criada.

Debate de temas - Os encontros se iniciam com leitura do tema proposto e com um pequeno debate sobre o tema. Desse modo, o aluno aprende a argumentar, além de ouvir as mais diferentes opiniões e posicionamentos sobre cada assunto, ampliando o seu repertório e seu campo de percepção sobre os mais variados assuntos.

Prática de escrita - Nessas oficinas de redação, duas práticas são comuns: a) quando o aluno inicia o processo de escrita, geralmente, o professor deixa ele escrever no seu tempo e, até mesmo, que leve o texto para terminar em casa; b) em um segundo momento, estimula-se o aluno para que ele escreva em um tempo determinado e na sala em que a oficina é realizada, a fim de treinar a escrita sobre pressão, simulando o que ele vai enfrentar no momento em que estiver prestando o Enem ou vestibular.

Retorno dos textos - Nas oficinas de redação os textos são corrigidos pelo professor da disciplina. Com isso, o aluno vai receber apontamentos de como melhorar a sua escrita. Esse retorno é ideal para que o aluno saiba onde aprimorar sua redação.

Reescrita - Uma das questões mais importantes nesse processo de participar de uma oficina de redação é aproveitar a devolutiva dos textos para reescrever as redações, buscando seguir as orientações do corretor. Nessa prática, o aluno vai encontrar o tom certo para dar aos seus textos.

14.3- Projeto Show de Talentos

O projeto visa estabelecer um espaço para que os estudantes do CED São Bartolomeu possam desenvolver e apresentar seu talento artístico. O objetivo é estimular que a arte e cultura, em suas várias dimensões, possa ser vivenciada, sentida e trabalhada pela comunidade escolar.

Este projeto parte da concepção de que o estudante deve se desenvolver integralmente durante a vida escolar, que a escola contempla o aspecto artístico e criativo da vida, melhorando as relações

interpessoais, se tornando mais aptos a construir a arte e a senti-la em profundidade. A parte competitiva prevê uma premiação para os vencedores.

Histórico - O Show de Talentos iniciou-se em 2016 com o nome de SBMix. Nesse momento foram realizadas apenas mostras de músicas e danças elaboradas pelos estudantes, sem a ocorrência da parte competitiva. O SBMix envolveu vários segmentos da escola contando inclusive com a participação de professores que são músicos amadores e se reuniram para apresentar algumas canções.

No ano de 2017 o projeto se efetivou no momento da Gincana que aconteceu com a temática “Países da América Latina”. Dessa forma a mostra aconteceu com base nas danças e músicas típicas dos países das equipes participantes (Argentina, Colômbia, México, Cuba, Peru). As apresentações foram competitivas, pois foram avaliadas e contaram como pontuação para a Gincana.

Em 2018 foi realizado o Festival de Talentos e Cultura com a temática ‘Programas de auditório dos anos 80’. Dessa vez, o envolvimento da equipe docente foi maior, sendo que houve professores caracterizados como apresentadores desses programas televisivos, além da organização de um corpo de jurados. O número de apresentações e o interesse dos estudantes aumentou, de forma que o espaço de sociabilização foi consolidado e o Festival passou a ter maior visibilidade na comunidade de São Sebastião.

Em 2019 os professores optaram por não realizar o projeto, pois o mesmo foi inserido no projeto Gincana. Nos anos de 2020 e 2021 o projeto não foi realizado devido à pandemia.

Em 2022, com o retorno das aulas presenciais, o projeto foi retomado. A ideia é proporcionar que os alunos vivenciem uma mudança na rotina educacional, onde o conteúdo programático e as atividades lúdicas se intercomplementam, tornando o ambiente escolar mais rico e contribuindo para que haja mais estabilidade emocional dos estudantes, tão abalada no período pandêmico.

Justificativa: Cientes do sucesso do projeto em anos anteriores resolvemos retomá-lo neste ano por acreditarmos que a escola tem como objetivo proporcionar aos alunos uma educação integral sendo a potencialização de talentos uma de nossas missões.

Muitas de nossas crianças e jovens são possuidores de dons e talentos que envolvem a música, a dança, a dramatização, recitação, composição de música, letra, poesia, desenhos, pinturas, trabalhos manuais, passarelas e muitos outros. Acreditamos em cada um de nossos alunos e queremos fazê-los acreditar que seus sonhos podem se realizar desde que se dediquem, estudem, pratiquem e se empenhem naquilo que realmente gostam e sentem prazer em fazer.

Sabemos também que não só o corpo discente como também os nossos docentes e toda a comunidade escolar possuem dons e talentos a desenvolver ou a compartilhar, assim, estendemos que a escola pode tornar-se uma oficina de saberes artísticos e culturais.

O projeto objetiva descobrir e incentivar novos talentos no meio estudantil promovendo as práticas artísticas e culturais na comunidade escolar e na sociedade

Objetivo Geral: Oportunizar aos nossos estudantes, mestres e comunidade escolar a interação, o entretenimento e a expressão por meio de manifestações artísticas e culturais na comunidade escolar com o projeto “Show de Talentos”

Objetivos específicos:

- Descobrir novos talentos no meio estudantil e docente estendendo-o para toda a comunidade escolar;
- Desenvolver a criatividade, a desenvoltura e o trabalho em equipe;
- Incentivar as manifestações artísticas-culturais como dança, música, dramatização, gincanas, e projetos.
- Divulgar as habilidades de nossos alunos promovendo a cultura e o entretenimento para toda a comunidade escolar.
- Utilizar a música e a arte como instrumentos de promoção social e integração.
- Oportunizar o despertar de talentos e habilidades pessoais dos participantes.
- Promover a interação, o senso de amizade, a colaboração mútua e a união.
- Estreitar os laços de confiança e de pertencimento ao espaço escolar.

Metodologia

Poderão Participar:

a) Todos os alunos matriculados nos turnos matutino e vespertino que estiverem interessados em mostrar as suas habilidades poderão se inscrever;

b) Todos os professores e comunidade escolar que desejarem compartilhar seus talentos.

Os alunos poderão participar preenchendo uma ficha de inscrição com o seu professor conselheiro para participação no intervalo cultural e monitorado.

Os alunos participarão das gincanas organizados em turmas e orientados pelo professor conselheiro que acontecerá no mês de julho.

Será apresentado previamente a cada 15 dias em intervalo estendido onde os participantes farão uma espécie de treinamento e seleção para a culminância do projeto.

Será formada uma comissão julgadora com membros de cada segmento. Os três primeiros lugares serão premiados e terão seu trabalho divulgado nas redes sociais da escola.

14.4- Projeto Feira do Conhecimento

O projeto prevê vários momentos distintos onde os estudantes têm a oportunidade de adquirir e produzir conhecimento por meio de aulas teóricas em sala de aula e, posteriormente, com apresentações para toda escola nos dias de exposição de trabalhos e experimentos.

Os trabalhos melhor avaliados serão classificados para participar do Circuito de Ciências das Escolas Públicas do Distrito Federal, organizado pela Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal.

Este projeto é a concretização de uma necessidade cada vez mais frequente na sociedade atual, que é da escola desenvolver atividades que contemplem a inclusão dos alunos em projetos de iniciação ao conhecimento científico-tecnológico, proporcionando aos mesmos uma melhora na compreensão destas temáticas, se tornando mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos, fazendo

escolhas, procurando ajuda quando necessário e adotando ações que melhorem o seu bem-estar.

Assim, a escola tem a possibilidade de contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro.

Histórico - A Feira do Conhecimento de CED São Bartolomeu surgiu a partir da reunião de duas feiras que ocorriam de maneira separada, a Feira de Ciências e a Feira Literária. Em 2017, o momento científico previsto no presente projeto recebeu a parte literária, de forma a agregar a cultura literária e artística como forma de conhecimento e de formadora de um outro olhar sobre o mundo.

Em 2018 a feira reuniu os dois turnos em um único momento e houve realização de trabalhos onde a parte científica se consolidava a partir de perspectivas culturais e vivências dos próprios alunos. Um exemplo disso foi o trabalho de microscopia com vegetais típicos da região ou presentes na cultura alimentar dos estudantes, além de um trabalho a respeito de Diversidade Indígena, assunto que despertou grande interesse nos estudantes do 6º ano da disciplina de PD2.

Em 2019 os alunos participaram da Feira da Feira de Ciências da CRE de São Sebastião. Em 2020 e 2021 não foi realizado devido à pandemia.

14.5- Projeto Consciência Negra

O Projeto Consciência Negra do CED São Bartolomeu tem por finalidade trabalhar a diversidade cultural e, principalmente, a conscientização da importância da História dos povos negros do mundo. É necessário ressignificar o papel da África e sua importância na formação cultural do Brasil e da América Latina. Por muito tempo, a perspectiva histórica eurocêntrica relegou à África a um lugar de sujeito de menor importância ou apenas de fonte de mão-de-obra.

A educação do século XXI propõe um resgate da importância histórica africana na cultura, literatura, ciência, geografia, matemática, filosofia, sociologia brasileiras, além de propor ações afirmativas de valorização da identidade negra.

Os trabalhos realizados na escola se tornaram fundamentais para autoestima de alunas e alunos e conseguiram encorajar aqueles e aquelas a se mostrarem para o mundo com seus diversos talentos e criatividade e revalorizarem sua identidade.

O eurocentrismo presente na educação do século XX buscava construir a invisibilidade e desmerecimento dos africanos que fizeram parte da formação deste país e da América. Os trabalhos realizados dentro do CED São Bartolomeu desde 2011 se constituíram sob uma nova perspectiva histórica sobre a África, tornando o conhecimento da História desse lugar algo gratificante, lúdico e significativo. Ao longo dos anos a transformação dos alunos principalmente na questão de assumir suas características físicas foi gritante e emocionante.

Metodologia - Primeiramente, é feita uma apresentação do Projeto na Semana Pedagógica da escola. Em seguida é discutido e aprovado a temática do ano em questão pela gestão e professores.

Após, faz-se a divulgação do tema para todos os docentes e explicação da importância e fundamento do Projeto. É feita a discussão e organização durante as coordenações sobre a realização

dos trabalhos, apresentação deles pelos professores, apresentação da lista de materiais necessários, assim como espaços para ensaios e produções.

Nesse momento, começa a organização e definição dos horários de ensaio e produção dos trabalhos, confecção dos figurinos, realização de coreografias e ensaios de cantos, definição das apresentações, exposições, ensaio geral e, finalmente, a culminância do Projeto.

Função Social do Projeto Consciência Negra - A função social da escola é vincular a educação escolar com o mundo do trabalho, das artes, das tecnologias, entre outros. Os conteúdos curriculares devem estabelecer a relação entre teoria e prática, através de situações próximas da realidade do aluno, permitindo que os conhecimentos adquiridos melhorem sua atuação na vida cotidiana.

A função do projeto Consciência Negra é simplesmente trazer a valorização da Etnia Negra em todas as suas vertentes e valorizar uma população que em sua maioria é negra, mas que às vezes não se enxerga como tal, que se autodeprecia e se agride o tempo todo.

A função social da escola é o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas do indivíduo, capacitando-o a tornar um cidadão, participativo na sociedade em que vivem. A função básica da escola é garantir a aprendizagem de conhecimento, habilidades e valores necessários à socialização do indivíduo, sendo necessário que a escola propicie o domínio dos conteúdos culturais básicos da leitura, da escrita, da ciência das artes e das letras, sem estas aprendizagens dificilmente o aluno poderá exercer seus direitos de cidadania.

Histórico - O projeto se realiza desde 2011 com a liderança da professora Vilma Gomes, na época supervisora da escola e, ao longo dos anos, outros profissionais foram assumindo a organização do evento.

O projeto é desenvolvido durante o 3º e 4º bimestres pelos professores em suas áreas, com a construção de trabalhos, dicionários, exposições de arte, apresentações de dança e canto, assim como pesquisas com gráficos, convidados de fora da escola, construção de textos, exposição de fotografias, construção de cantigas de caçadeira, entre outras atividades. Toda a escola é envolvida no Projeto, construindo assim um laço em prol da valorização da população negra.

A cada ano o evento vai crescendo e se consolidando, pois aumenta o interesse não só dos alunos e alunas como dos professores que não se sentem à vontade com o tema, mas quando vêm o desenvolvimento do projeto, se empolgam e acabam realizando lindos trabalhos.

A confecção dos trabalhos conta com o apoio primordial da gestão da escola em relação à compra de materiais, aluguel de som e atrações de fora. Durante os anos, a evolução é inegável com mais produções artísticas, plásticas, musicais e trabalhando a socialização entre os alunos, o respeito pelas diferenças e a capacidade de aceitação do outro como ele é.

A evolução do Projeto que se tornou um grande evento com grande visibilidade também pela participação de pais e mães que vão até a escola prestigiar seus filhos num momento de diversão e lazer.

Antigamente, se reservava um momento do dia para realização do Projeto, eram poucas horas, mas o evento cresceu tanto que se tornou algo a ser realizado em todos os horários de aula com artistas e plateia ansiosos para ver o que irá acontecer.

Em eventos passados ocorreram apresentações de capoeira de grupos da cidade, apresentações musicais de professores, exposições e visitas de outras escolas, assim como salões de beleza para trabalhar a autoestima dos estudantes.

14.6- Projeto Oficinas Pedagógicas da EJA

Esse projeto visa a integração entre as turmas da EJA do período noturno e é desenvolvido desde 2010 para integração entre professores e realidades dos alunos na sociedade onde atuam visando colaborar em vários aspectos da formação do indivíduo com temas propostos de acordo ao calendário escolar.

Visita ao IHGBDF - É importante que os estudantes, especialmente do Ensino Fundamental, conheçam o DF, seu povo e sua história. A visita ao Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGBDF) serve como vivência das disciplinas de História e Geografia, além de valorizar uma abordagem voltada para uma percepção da região como local de formação social.

As visitas educativas têm como objetivo o atendimento às escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal, como estratégia de Educação Patrimonial e Cidadã, por meio da vivência nos territórios culturais da Secretaria de Estado de Cultura do DF.

O contato com o acervo e com a programação desses territórios proporciona vivências por meio das quais se visibilizam a cultura, a memória e a história do Distrito Federal. Essa iniciativa faz parte do programa Cultura Educa, que objetiva contribuir para a ampliação, qualificação e diversificação dos processos formativos voltados ao desenvolvimento de competências técnicas, gerenciais, artísticas e de sensibilização de novos públicos e educação patrimonial.

Os professores assumem o papel de facilitadores do processo educativo, com base no contato com o acervo e com os significados que cada espaço proporciona, estimulando a participação e o compartilhamento de experiências dos estudantes e contribuindo, assim, para a formação cidadã.

O agendamento contempla grupos de até 45 pessoas. As visitas ocorrem de terça a sexta nos territórios culturais (museus, centros culturais e cinema) e costumam durar até 60 minutos, à exceção das ações no Cine Brasília, que duram, em média, 120 minutos.

Histórico - No CED São Bartolomeu, as visitas ao IHGDF começaram a ser realizadas em 2017 com estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental. O momento foi muito produtivo e os docentes das disciplinas de História e Geografia decidiram incluir as visitas ao Instituto no presente Projeto Pedagógico.

Em 2018, as turmas de 9º ano participaram da Aula temática “Distrito Federal, seu Povo e sua História” realizada pelos membros do IHGDF, além de se envolverem com o acervo histórico do local. Essas turmas tiveram trabalhos relacionados com a temática Patrimônio Cultural na disciplina de PD2, e a visita serviu como experiência e vivência da parte teórica que eles tiveram contato em sala de aula.

Em 2019 não foi realizado devido à indisponibilidade de datas. Em 2020 e 2021 não foi realizado devido à pandemia.

14.7- Projeto Jogos Escolares

Consiste na realização de atividades esportivas diversificadas como futsal, basquete, tênis de mesa, xadrez, queimada, entre outros, onde os alunos participam de competições, com premiação ao final.

A atividade esportiva é de extrema importância para o desenvolvimento das capacidades e habilidades motoras e cognitivas dos alunos. A prática desportiva dentro das escolas tem perdido espaço, pois a internet e jogos eletrônicos têm preenchido um período grande na vida de crianças e jovens quando estes deveriam estar se exercitando. Torna-se importante, portanto, realizar o Projeto Jogos Interclasse, pois é a oportunidade de vivenciar e valorizar outras atividades físicas.

Dessa forma, vale frisar que o projeto não pode ser visto apenas como divertimento ou brincadeira, pois favorece, dentre outros aspectos, o desenvolvimento físico, cognitivo e afetivo e, principalmente, a interação e o respeito entre os participantes.

Histórico – O CED São Bartolomeu participou do JESS de forma esporádica ao longo dos anos. Em 2018 a escola se inscreveu nas modalidades vôlei e futsal. Participando das duas categorias - 12 a 14 anos e 15 a 17 anos - tanto no feminino quanto no masculino. O vôlei se classificou para etapa regional na categoria feminina - 12 a 14 anos - e na masculina em ambas as categorias. No futsal a categoria de 12 a 14 anos ficou em terceiro lugar na etapa regional.

Houve dificuldade na organização das equipes pela questão por conta de um número considerável de alunos não possuírem RG. Outro fator que trouxe dificuldade, a princípio, foi a escola não possuir uniforme específico. Então, foram improvisados coletes com numeração pintada, o que quase custou a participação de uma equipe.

Com a solicitação da equipe de Educação Física a gestão da escola adquiriu uniformes de futsal e de vôlei. Os uniformes trouxeram um senso de unidade e satisfação para os atletas que representam a escola.

Os estudantes que se classificaram para etapa distrital se mostraram muito motivados e relataram a vontade de treinar mais e participar de outras competições. Os jogos foram em diversas cidades do DF.

Em 2019 a escola se inscreveu no futsal e no vôlei, na categoria masculina de - 15 a 17 anos. Por conta da participação anterior os atletas já possuíam uma base, incluindo espaços e tempo para treinamento, o que não ocorreu anteriormente. Neste ano, os atletas do futsal ficaram em 4º lugar e os do vôlei em 3º lugar.

A escola tem por objetivo criar uma cultura esportiva e competitiva dentro do CED São Bartolomeu. Os alunos que participam das competições se mostram mais comprometidos e motivados, inclusive aqueles que tinham relato de problemas disciplinares.

14.8- Projeto Interdisciplinar Folha do Bartô

O objetivo geral deste projeto é disponibilizar à comunidade escolar do Centro Educacional São Bartolomeu de São Sebastião (DF) um veículo de comunicação interna e externa das ações e programas desenvolvidos nesta unidade de ensino.

Objetivos Específicos:

A) Divulgar o trabalho desenvolvido por docentes e discentes no âmbito do projeto político pedagógico do CED SB;

B) Dar publicidade à produção literária, textual e artística dos alunos da escola, mediante publicação de textos, desenhos, chargens, reportagens, comentários, produzidos em sala de aula e/ou no ambiente comunitário, sob a supervisão dos professores;

C) Valorizar a atuação de todos os segmentos escolares, por meio da inserção, no informativo, da coluna fixa biográfica “Gente nossa”, que a cada edição vai destacar a atuação profissional de um membro da comunidade escolar (professores, auxiliares de ensino, equipe terceirizada, gestores, pais de alunos, educadores sociais, et).

D) Estimular o protagonismo estudantil em projetos e campanhas que visem melhorar a qualidade de ensino, valorizar a educação pública e a cidadania plena da comunidade escolar;

E) Capacitar os alunos envolvidos no projeto em noções básicas de informática, fotografia, produção de textos, reportagem, edição de textos, edição de imagens, diagramação e arte-final.

A publicação terá formato 14x 21 cm (folder com uma dobra), com 4 paginas, podendo ser ampliada gradativamente. A periodicidade será trimestral, com tiragem de 2.000 exemplares

Recursos Humanos: Conselho Editorial formado por professores das áreas de códigos e linguagens (português, artes); Equipe de reportagem formada por alunos interessados, dos três turnos, que tenham interesse, perfil e disposição de tempo para participar do processo de produção do jornal (reportagens, digitação, ilustração, arte-final), em turno contrário ao das aulas;

Sugestão de pautas e entrevistas: professores de todas as disciplinas enviarão as sugestões para os coordenadores pedagógicos que, por sua vez, encaminharão para o Conselho Editorial;

Revisão: definir um ou dois professores de Português;

Arte-Final: Professor ou estudante, com experiência em programas de editoração gráfica: coreodraw, pagemaker, fotoshop, quaker express, etc;

Reprodução: pessoal que atua na mecanografia;

Distribuição interna: professores (sala de aula); pessoal de secretaria (pais e/ou responsáveis);

Distribuição externa (escolas da CRE São Sebastião, subsecretaria da SEEDF e órgãos públicos da cidade): equipe gestora.

Recursos Materiais: sala de redação (atual sala de altas habilidades); 1 lap top para editor do jornal; 30 lap tops para uso da equipe de redação e conselho editorial; 1 impressora colorida; uma câmera fotográfica; material de expediente: resma de papel, canetas, lápis, etc; softwares para edição de textos e de imagens.

Colunas Fixas: “Editoriarte”: editorial com ilustração, charge ou foto, destacando o assunto mais importante do mês na escola; “Palavra do Diretor”: artigo da equipe gestora destacando as

principais ações da escola no mês de edição; “Gente Nossa”: biografia mensal, com foto de um membro da comunidade escolar; “Se liga, galera!”: divulgação de informações gerais de interesses dos estudantes nas áreas educacional, científica, cultural, etc; “Dicas de leitura”: livros sugeridos pelo professor, acompanhado de breve sinopse e imagem da capa; “Palco”: coluna “caça-talentos” que vai publicar desenhos, charges, caricaturas, pinturas, grafites e textos (poemas, crônicas, contos, dissertações) produzidas pelos alunos, dentro e fora de sala de aula, previamente selecionados pelos professores; Demais pautas: a serem sugeridas pela equipe docente e definidas, mensalmente, pelo Conselho Editorial.

14.9- Projeto “Cultura de Paz”

Introdução

Por uma escola livre de violências

As notícias recentemente veiculadas sobre agressões de alunos aos colegas e aos professores em escolas têm uma forte vertente sensacionalista e um viés um tanto superficial, ouvindo basicamente a perspectiva dos adultos - mesmo assim, não a de todos os envolvidos na comunidade escolar - e realçando prioritariamente a violência discente. Isso é um desserviço à educação, porque cria estigmas, simplifica a questão e induz à busca de soluções igualmente simplistas e, por isso, ineficientes. Na verdade, alimenta o problema. A violência na escola é uma questão muito séria e complexa e merece um olhar cuidadoso e responsável.

A escola não é uma ilha isolada da sociedade. O bullying, a violência simbólica, o autoritarismo, o conflito de gerações, que nela se manifestam, refletem os problemas que nascem no seio familiar, no bairro, na cidade, no país. Então, para tratar com sinceridade sobre um projeto de Cultura de Paz é preciso compreender que a educação é uma ação mediadora no seio de uma prática global. Sem isso, os educadores e gestores continuarão seguindo a lógica do “vigiar e punir”, com ação meramente disciplinar e, por assim dizer, estéril.

Se é verdade que a violência está na sociedade e não apenas na escola, que a reproduz, é verdade também que há violências produzidas no interior da própria escola. Muitas delas funcionam como prisões e lançam mão de formas autoritárias de “manter a disciplina”; baseadas mais nas interdições – no que é proibido – do que no investimento na formação de sujeitos capazes de praticar formas democráticas de convívio, as escolas produzem, assim, um contexto potencialmente violento.

Para esta discussão, é necessário olhar as muitas violências que ocorrem no cotidiano da escola: as institucionais, as interpessoais, as físicas, psicológicas, simbólicas. Todas geram uma pressão contínua e que pode causar explosões – maiores ou menores – em determinados momentos e situações. Não queremos, com isso, minimizar ou justificar a gravidade das agressões dos alunos. Pelo contrário. Esses fatos explicitam a situação extrema de hostilidade no ambiente escolar.

O que é preciso compreender é que a escola e, por assim dizer, os seus gestores não podem assumir, sozinhos, a tarefa de criar um ambiente de paz, que permita o desenvolvimento pleno de seus

educandos. Essa tarefa tem que ser compartilhada com a família. De certo modo, adultos e estudantes são agentes e vítimas dessas violências. Preconceitos, discriminações, humilhações, desrespeito. Do ponto de vista dos alunos, algumas das violências mais sentidas – e permanentes – são o não atendimento de suas necessidades de aprendizagem e a falta de sentido do que se ensina e do que se aprende, que acabam funcionando como formas de submissão. Outra é a invisibilidade dos alunos gerada pela falta de escuta, de espaços de participação e de reconhecimento de suas demandas.

Ao mesmo tempo, os adultos da escola têm uma rotina puxada, atuam sem condições de trabalho adequadas, que garantam tempo e espaço para se dedicar à complexidade educacional, e nem sempre são autoridades legitimadas pelos alunos. Na prática, há uma tensão entre o desafio de ensinar conteúdos e o gerenciamento de indisciplinas dos alunos. E, assim, a escola não consegue cumprir sua função primordial de educar, pois ninguém aprende e ninguém educa em um ambiente inóspito.

Se não dimensionarmos, bem, as questões sócio-econômico-culturais que perpassam o cotidiano escolar, o caldo de violências é continuamente engrossado por discriminações e preconceitos de todo tipo. Nessas condições, as relações internas da escola tornam-se tensas, desgastantes e pouco frutíferas.

A violência nas escolas, um tema difícil, precisa ser analisada com a seriedade necessária. A abordagem e o tratamento simplista dado pela mídia ao tema nos preocupam muito, pois, sem contextualização adequada, isso pode levar a conclusões enviesadas. Apontar, mais uma vez, os alunos como os culpados pela grave situação de violência nas escolas é injusto, perpetua o estigma e não encara o problema de frente.

O Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal reafirma em seus Pressupostos Teóricos que a escolha da “Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural, opção teórico-metodológica que se assenta em inúmeros fatores, sendo a realidade socioeconômica da população do Distrito Federal um deles. Isso porque o Currículo escolar não pode desconsiderar o contexto social, econômico e cultural dos estudantes [...] É função primeira da escola garantir a aprendizagem de todos os estudantes por meio do desenvolvimento de processos educativos de qualidade. Para isso, o reconhecimento da prática social e da diversidade do estudante da rede pública de ensino do Distrito Federal são condições fundamentais”.

Metodologia

A metodologia que usaremos no projeto Cultura de Paz guarda conexão com o documento norteador “Convivência Escolar e cultura de paz. Caderno Orientador”, editado em 2020 pela Secretaria de Estado de Educação do DF.

Na publicação acima, elegeu-se como pressuposto teórico, normativo e conceitual, a ideia de uma educação em direitos humanos e para os direitos humanos, vislumbrando que ação escolar deve se pautar por princípios como a ética, a justiça, a paz, a não-violência, a tolerância e a convivência com a diversidade.

Nessa perspectiva, a escola e os educadores que nela atuam devem desenvolver as

competências socioemocionais dos corpos gestor, docente e discente para mediar conflitos e estimular o uso pleno e progressivo da inteligência emocional, da empatia e da solidariedade.

O Caderno dedica especial atenção, ao atendimento aos estudantes em situação de rua; aos imigrantes e refugiados; aos indígenas e aos que estão cumprindo medidas socioeducativas ou em acolhimento institucional. Os estudantes de orientação LGBT, ciganos, quilombolas, portadores de necessidades especiais, em situação de itinerância, também ocupam especial atenção na política de promoção da cultura de paz.

Pensar na cultura de paz pressupõe entender que a violência que circunda a escola causas estruturais e diversos matizes, desde a violência social e econômica, que gera as desigualdades, passando pela violência simbólica, pela violência interpessoal e pela violência doméstica e familiar contra a mulher.

Embora a escola, a priori, não deva interferir na organização familiar, é preciso compreender que combater a violência na sala de aula, no pátio, e nos demais espaços escolares e sociais, como as redes sociais, será um esforço inerte, algo como “enxugar gelo”, se a escola não viabilizar em seus projetos, programas e ações, um debate sobre as causas e consequências da agressividade.

Assim, a escola também precisa repensar seu fazer pedagógico, combatendo o assédio moral, o preconceito, a discriminação, o racismo, a lgbtphobia. Nesse aspecto, a escola deve dialogar com instituições como Conselho Tutelar, para o enfrentamento de problemas crônicos que ameaçam o pleno desenvolvimento de nossos educandos, como o consumo e tráfico de drogas; o porte de armas; a violência sexual; o bullying; o vandalismo; e os furtos e roubos.

Para que a criação de uma cultura de paz seja real e não apenas frase de efeito, a escola precisa aprender e ensinar novas práticas sociais, baseadas na interação, no protagonismo infanto-juvenil. Nesse aspecto, a autoridade do professor em sala de aula, que precisa ser fortalecida e resgatada, não pode ser confundida com autoritarismo. O caminho para isso é a mediação constante de conflitos que, segundo o Caderno Orientador, precisam de tratamento imediato, mas também eficaz, inclusive considerando o conflito como inerente à vida e como uma oportunidade de aprendizado, na perspectiva da humanização plena.

A prática pedagógica, nela incluída as estratégias de ensino-aprendizagem e de avaliação e auto avaliação precisam se basear no diálogo – aqui entendido como comunicação não violenta, onde professores e alunos falam e escutam, reciprocamente.

Com base nos direitos e deveres de estudantes e professores assinalados no Regime Escolar das Escolas Públicas do DF e consagrados nos princípios norteadores do Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional São Bartolomeu, há que se estabelecer um Plano de Convivência como caminho para o aprender e o conviver.

Nessa perspectiva a escola deve se capacitar para atuar em casos recorrentes, como nas manifestações de racismo, no bullying, nos assédios moral e sexual. Para isso, ela tem que estar atenta aos sinais de alerta que surgem diante de nós e que revelam que algo não está bem. A falta reiterada de estudantes, sem justificativa, por exemplo, pode indicar que os mesmos estejam vivenciando experiências desagradáveis ou traumáticas dentro ou fora da escola.

O próprio insucesso escolar, que muitas vezes temos a tentação de atribuir tão somente ao desinteresse, à incapacidade e à falta de compromisso dos alunos, precisa se encarado como um desafio: entender o que pode ser feito por cada um dos atores do processo educacional – gestores, professores, alunos e pais e/ou responsáveis, para superar os problemas que provocam evasão, repetência e baixo rendimento.

Nessa tarefa, a escola não pode tomar para si o papel de salvadora da pátria, assumindo, sozinha, a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso do ensino. Ao contrário, a família deve ser motivada a participar do cotidiano escolar, do acompanhamento das tarefas escolares, assumindo a sua responsabilidade pela educação dos filhos, tarefa que não pode ser simplesmente delegada aos professores.

Entendemos que a integração entre a escola e a comunidade é indispensável para uma educação de qualidade. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assevera que as escolas têm a obrigação de se articular com as famílias ou responsáveis nos quais têm direito a ter ciência do processo pedagógico, bem como de participar da definição das propostas educacionais.

Os alunos precisam compreender que a escola não é uma terra sem lei, onde tudo é permitido e liberado. E que ao descumpri-las eles estão sujeitos a penalidades. A indisciplina, que se manifesta nas conversas excessivas, quando o professor ministra um conteúdo; com a saída não autorizada na sala de aula, com o desrespeito aos colegas e professores, com o uso indevido do celular, deve ser combatida de forma enérgica, sem prescindir do espírito de diálogo.

O registro dessas ocorrências deve ser constante, para permitir que a Supervisão e a Coordenação Pedagógicas tenham, à mão, a evolução disciplinar de cada aluno para, com base nele, ir estruturando seu plano de convivência. Nesse sentido, é muito importante minimizar a intervenção policial na escola, só recorrendo a mesma em caso de absoluta necessidade para preservar a integridade de alunos, professores e corpo técnico-administrativo.

Porém, a escola deve ter a visão que tais abordagens devem ser feitas em sintonia com os gestores e em respeito pleno aos princípios estabelecidos na Declaração de Direitos Humanos da ONU e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Afinal, não podemos supor que a garantia da segurança dos segmentos que interagem na escola, seja feita por meio da coação e do autoritarismo, como se tem presenciado em algumas ocasiões no ensino público do DF.

Assim, o chamado ao Batalhão Escolar e a Polícia Civil, em situações de necessidade, deve ser pontual e não prática costumeira, sendo que estes agentes da Segurança Pública jamais deverão interferir na liberdade de cátedra do professor.

No caso de observância de sinais de maus-tratos, violência física ou sexual, a mediação deve ser feita pelos profissionais do Serviço de Orientação Educacional, que relatará cada situação à equipe gestora, para a tomada de providências cabíveis.

Estratégias para construção da Cultura de Paz

Entre os projetos pedagógicos que já funcionam na escola, alguns terão especial importância da Cultura de Paz. Entre eles estão os projetos: Folha do Bartô; Gincana Cultural; Recreio Cultural e Conitorado; Show de Talentos; Feira do Conhecimento; Jogos Escolares; e as Rodas de Conversa, sobre assédio, controle da ansiedade, prevenção ao uso de drogas, etc.

Também terá especial atenção no projeto Cultura de Paz a estratégia de Mediação de Conflitos. No contexto escolar presenciamos todos os dias a mediação voluntária, quer seja pelos professores, pelos próprios alunos, coordenação e corpo diretivo. Essa mediação acontece em sala de aula, no pátio, nas competições esportivas, enfim, no nosso cotidiano, sempre procurando apaziguar os ânimos quando há divergências de ideias, comportamentos e atitudes. Essas divergências e disputas, se não forem mediadas, podem desembocar em atritos e na comunicação violenta.

Este tema é inerente ao nosso trabalho e precisa ser tratado com cuidado e com a relevância necessária. Dessa forma pensou-se em desenvolver um projeto com uma comissão de Mediação de Conflitos. Este projeto foi desenvolvido como uma ferramenta de atuação na resolução de casos de brigas, indisciplina e comunicação violenta, presencialmente ou por meio das mídias sociais, notadamente após o período pós pandemia da Covid 19, o que tem perturbado a normalidade pedagógica e prejudicado a aprendizagem.

O projeto pretende não somente mediar os conflitos escolares, como também melhorar a convivência na escola e em toda a comunidade escolar como mudança cultural da violência para uma convivência escolar baseada na Cultura de Paz, entendendo conflito não como algo negativo, mas como oportunidade dialética de reflexão e crescimento. Como Hannah Arendt afirma, se não há conflito, há totalitarismo. Só a opressão é capaz de dar a sensação (aparente apenas) da ausência de conflitos. Isto demonstra que punições regimentais pura e simplesmente sem conscientização e mudança de atitude não tem sido eficaz no combate a indisciplina e violência.

Vivemos em uma democracia onde a liberdade de expressão, opinião, informação e igualdade de direito são constitucionais e a escola tem o papel de preservá-los e estimulá-los incessantemente. Segundo Dorothy Thompson “A paz não é ausência de conflitos, mas a presença de alternativas criativas para responder ao conflito. Alternativas para as respostas passivas ou agressivas, alternativas à violência”.

Assim, o **projeto Mediação de Conflitos** pretende ser uma ferramenta importante para trilhar este caminho e buscar a construção de uma geração mais humana e pacifista pautadas no diálogo, respeito, empatia, cooperação e no respeito aos direitos humanos. Esta mudança requer o aprender a conviver com os conflitos e superá-los na prática da comunicação efetiva e assertiva da cultura de paz, pautadas no diálogo e na comunicação.

15- ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP

O diagnóstico permanente permeia e a avaliação formativa permeiam todo o processo de elaboração e avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola.

Tendo em vista que a avaliação formativa foi adotada pela rede pública do DF como concepção e prática norteadora para toda a Educação Básica e suas respectivas modalidades (SEEDF, 2013) e conforme orientações desse documento para o Ensino Fundamental, a avaliação formativa utiliza diferentes instrumentos e procedimentos a fim de possibilitar as aprendizagens de todos e cada um da unidade escolar.

O primeiro dispositivo da avaliação formativa é a avaliação diagnóstica. Por meio desse dispositivo, a avaliação possibilita análise e apreciação do processo de ensino e de aprendizagem, oportunizando a progressão a todos e a cada um. Assim, a proposta é realizar ao início do ano uma avaliação diagnóstica da turma, juntamente com o contrato didático, e logo após uma avaliação diagnóstica individualizada, utilizando material oferecido para todas as escolas da SEEDF.

Isso ocorre em função do reconhecimento dos saberes individuais de cada estudante. A avaliação diagnóstica do estudante é o ponto de partida para estabelecimento de objetivos de aprendizagem, organização de conteúdos e metodologias, além da construção de instrumentos avaliativos por parte do professor. Também permite que o estudante se conscientize dos seus saberes e das possibilidades de avanço.

Quanto à do alcance dos objetivos de ensino-aprendizagem, esse PP preconiza a avaliação processual é um método contínuo e global de avaliação, com função de diagnosticar em que momento se encontra o estudante em seu processo de ensino-aprendizagem em cada um dos encontros realizados no ambiente escolar. Isto para que seja possível atualizar permanentemente o diagnóstico inicial realizado com/da/para a turma, acompanhar os avanços de aprendizagem conquistados e planejar os planos de aula segundo as especificidades de cada estudante.

A partir disto, podem ser organizadas estratégias pedagógicas diferenciadas, que levam em consideração a coexistência de diferentes processos de aprendizagem dentro de uma única turma. Por fim, a avaliação processual permite a elaboração, quando necessário, de projetos interventivos individualizados.

Para que a avaliação processual ocorra é utilizada como metodologia de abordagem: a presença e os macroprocessos que compõem a ausência, a interação entre os estudantes e destes com o professor, a reflexão e crítica sobre os materiais pedagógicos selecionados e a abordagem pedagógica experienciada, o estabelecimento da correlação do tema gerador trabalhado no dia com o ambiente escolar, com a trajetória pessoal do estudante e com a sociedade para que aprendizagem ocorra de forma dinâmica e significativa.

É preciso considerar todo o processo de ensino e aprendizagem e avaliação. Para isso é necessário uma análise contínua das práticas de forma a organizar os saberes para que cada aluno se aproprie dos conhecimentos e enfrente as dificuldades que vierem a surgir no decorrer do ano letivo. As práticas avaliativas serão, primordialmente, observacionais, com ênfase na avaliação qualitativa

sobre a quantitativa, independentemente do critério de atribuição de notas ou conceitos.

Quanto ao conselho de classe, ocorre bimestralmente de acordo com data pré-estabelecida juntamente com os professores. Será participativo, com a presença dos estudantes, supervisão, coordenadores e docentes para que ocorra a discussão e análise coletiva do processo de ensino e aprendizagem sob diversas perspectivas, permitindo a reavaliação da prática didática.

Esta metodologia avaliativa é subsidiada e normatizada pelas Orientações Pedagógicas da Avaliação e pelo Currículo em Movimento. A avaliação é registrada e é constante, em função do ensino individualizado, além das coordenações pedagógicas semanais. Com ênfase nos estudantes que apresentaram mais dificuldades, além da discussão de estratégias de resgate dos estudantes.

Em consonância com as orientações normativas da SEEDF - Currículo Em Movimento da Educação Básica – Anos Finais e Diretrizes de Avaliação Educacional, Aprendizagem Institucional e em Larga Escala – 2014-2016 (SEEDF, 2014), a avaliação formativa foi adotada como concepção e prática. Objetiva-se reorientar a OTP(Organização do Trabalho Pedagógico) do docente e da unidade escolar e fundamenta-se na utilização de diferentes instrumentos e procedimentos a fim de possibilitar as aprendizagens de todos os seus estudantes.

A avaliação formativa possibilita análise e apreciação do processo de ensino e de aprendizagem, oportunizando a progressão continuada e assistida das aprendizagens de todos os estudantes de maneira responsável. Com base nessa concepção, torna-se possível corroborar avanços, progressos e a continuação de aprendizagens durante toda a trajetória dos estudantes.

Na execução do PPP, a avaliação Diagnóstica é de suma importância no desenvolvimento e promoção dos discentes. Com o diagnóstico inicial é possível aproveitar os conhecimentos prévios dos estudantes para compreender a trajetória dele até o presente momento e assim adequar seu atendimento na unidade escolar. No decorrer do ano letivo outros diagnósticos são realizados, mediante a necessidade e suas promoções.

Ao avaliar constantemente o fazer pedagógico desse estabelecimento de ensino, o PP busca construir uma educação democrática com integração de padrões significativos de qualidade de ensino em nossas ações diárias.

O Projeto Político Pedagógico leva em conta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, 9.394/96, a Constituição Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Base Nacional Comum Curricular - BNCC, Currículo em movimento da Educação Básica, Regimento interno da SEEDF, Diretriz de Avaliação da SEEDF, os quatro pilares da educação. A Organização do Trabalho Pedagógico, expressão de nosso PP é composta de estratégias e dimensões que tentam articular um cotidiano escolar e práticas pedagógicas centradas no estudante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 49 ed. reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2007. p. 63)
- CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2000. p. 5
- CUNHA, Maria Isabel da. **O bom professor e sua prática**. 16 ed. Campinas: Papirus, 2004.
- CURRÍCULO EM MOVIMENTO - Parecer nº 25/2013 <https://www.educacao.df.gov.br>
- DISTRITO FEDERAL. CODEPLAN. **Perfil e Percepção Social dos Adolescentes em Medida Socioeducativa no Distrito Federal**, 2013.
- DISTRITO FEDERAL. SEEDF **Gestão estratégica para a realização das atividades pedagógicas não presenciais no Distrito Federal**. www.se.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/gestao-estrategica-realizacao-atividades-pedagogicas-nao-presenciais.pdf. Acesso em 25 mai. 2020
- GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003. <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse/nationalresponses>.
- HUANG, R.H., et al. **Manual de apoio à aprendizagem flexível durante a interrupção do Ensino Regular: a experiência chinesa na manutenção da aprendizagem durante o surto de Covid-19**. Beijing: Smart Learning Institute of Beijing Normal University. 2020
- Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial. Brasília, DF.
- Lei 9.394 de 20/12/1996 <https://www.planalto.gov.br>
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. Goiânia: Edição do Autor, 2002 p. 64
- LIMA, Maria Socorro Lucena. **A formação contínua do professor nos caminhos e descaminhos do desenvolvimento profissional**. Tese [Doutorado em Educação]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001, 298 fls
- MELIO, Guiomar Namó de. **Educação Escolar Brasileira - O que trouxemos do século XX?**. Editora Penso.
- Portaria Conjunta nº 10 de 1/11/2018 do Conselho Nacional de Educação - [http://www-tc.df.gov.br/sinj/Norma/0d03f9846ab7444d8c7f5457478781bb/Portaria_Conjunta_10_01_11_2018.html](http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/0d03f9846ab7444d8c7f5457478781bb/Portaria_Conjunta_10_01_11_2018.html)
- Resolução Nº 3 de 13/05/2016. https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2-Mb/content/id/21521933
- Resolução nº 7 de 14/12/2010 do Conselho Nacional de Educação - http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf
- SARAIVA, Liliane Gonçalves. **Medidas socioeducativas e a escola: uma experiência de inclusão**. Dissertação (Mestrado em Educação na Ciência). – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul Ijuí (RS), 2006.
- SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (SEEDF) , SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA DO DISTRITO FEDERAL. **Portaria conjunta nº 3 de 21/03/2014**.
- SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (SEEDF). **Currículo em Movimento da Educação Básica**.
- SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (SEEDF). **Diretrizes Pedagógicas-Escolarização na Socioeducação**.
- SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (SEEDF). **Diretrizes de Avaliação Educacional**.
- SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (SEEDF). **Plano Pedagógico para realização de atividades não presenciais ou híbridas nos núcleos de ensino das Unidades de Internação Socioeducativas**.
- SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO-SINASE/Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 31 ed. Campinas: Papirus, 2009, p. 28-43.
- UNESCO, 2020. **manual de apoio à aprendizagem flexível durante a interrupção do ensino regular: a experiência chinesa na manutenção da aprendizagem durante o surto de covid-19**.
- VALENTE, J. A. **A Espiral da Aprendizagem: o processo de compreensão do papel das tecnologias de informação e comunicação na educação**. 2005. Tese (Livre Docência) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 2005.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva**.

